UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

ADRIANA MOREIRA ALVES

A relação entre a trajetória de vida e estressores correntes de mulheres que foram privadas de liberdade

RIBEIRÃO PRETO

2021

ADRIANA MOREIRA ALVES

A relação entre a trajetória de vida e estressores correntes de mulheres que foram privadas de liberdade

Dissertação apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica.

Linha de pesquisa: Promoção de Saúde Mental

Orientador: Jacqueline de Souza

RIBEIRÃO PRETO

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Alves, Adriana Moreira
A relação entre a trajetória de vida e estressores correntes de mulheres que foram privadas de liberdade. Ribeirão Preto, 2021.
70 p.: il.; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Enfermagem Psiquiátrica.
Orientador: Jacqueline de Souza

1. Encarceramento Feminino. 2. Estresse. 3.Saúde Mental.

ALVES, Adriana Moreira

A relação entre a trajetória de vida e estressores correntes de mulheres que foram privadas de liberdade

Dissertação apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica.

Aprovado em / /

Presidente

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Comissão Julgadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

À minha avó Jovina (in memoriam), pelo amor incondicional a mim dispensado. Por ter sido uma mulher guerreira e de muita fé. E que me ensinou a nunca desistir dos meus sonhos, a ter fé na vida e ser alegre mesmo em momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Diva e José, que me deram a vida e fomentaram o meu caminho até o presente momento. Tenho a certeza de que sempre estarão comigo.

À minha orientadora Jacqueline de Souza, por fazer com que esta etapa da minha vida fosse cumprida. Serei sempre grata pelas orientações, pelo acolhimento afetuoso, mas firme, que direcionou o meu desenvolvimento.

Agradeço ao Marcos por ser sempre tão compreensivo e atento, por me acolher e me incentivar. Obrigada por partilhar essa vida comigo. Eu amo você.

Aos meus irmãos Eliana e Erivando e a minha cunhada Christieli, por também apoiar-me nos momentos mais difíceis e estar sempre presente nos momentos necessários, serei sempre grata. Eu amo vocês.

Às minhas amigas Agda, Luana e a Ingrid por terem sido sempre tão presentes e afetuosas no meu dia a dia. Obrigada por partilharem essa vida comigo, vocês são muito importantes.

Um agradecimento especial à Silvia Helena Seixas, obrigada por todos os ensinamentos, por me mostrar que existem opções na vida e que eu posso escolher. Por me mostrar e me fazer acreditar que este dia seria possível. Amo você!

Aos amigos da pós-graduação Luana e Luan. Obrigada por sempre me escutarem e acolherem em momentos de grande dificuldade. Levarei vocês para a vida.

Com carinho a toda a minha família, pelo apoio, amparo e cuidado. Eu só sou, porque somos!

Aos meus professores que, de alguma forma, me incentivaram a chegar a este ponto da minha formação profissional, vocês são parte disso.

Agradeço aos professores, funcionários e colaboradores da EERP-USP, que sempre trabalharam para o desenvolvimento dos alunos. Vocês também são parte deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) por meio de bolsa de mestrado no período de setembro de 2019 a outubro de 2021.

RESUMO

ALVES, Adriana Moreira**. A relação entre a trajetória de vida e estressores correntes de mulheres que foram privadas de liberdade.** 2021. 70 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulão, Ribeirão Preto, 2021.

A criminalidade feminina no Brasil é marcada por um viés histórico, em que o crime apresenta um olhar androcêntrico. O aumento de mulheres aprisionadas que são negras e com baixa escolaridade, contribui para reforçar o perfil da população prisional geral. Considerando que a experiência do cárcere pode interferir no comportamento da pessoa, em seus modos de pensar e sentir, contribuindo também, para o processo de adoecimento físico e mental dessas mulheres. Vários estudos prévios têm investigado os principais estressores das mulheres encarceradas, no entanto o presente estudo visa preencher uma lacuna do conhecimento no sentido de contextualizar tais estressores à trajetória de vida de mulheres egressas do sistema prisional. Desse modo, o objetivo desse estudo é analisar como estão contextualizados os principais estressores de mulheres egressas do sistema prisional às suas trajetórias de vida. Trata-se de um estudo descritivo transversal qualitativo, desenvolvido com mulheres que já foram privadas de liberdade e que são assistidas por um conselho vinculado ao município e que dá suporte a mulheres em tais condições. Para a coleta de dados foram utilizadas questões sobre as características sociodemográficas e a técnica de Entrevista Narrativa Etnográfica Clínica (CENI) proposta por Saint-Arnault (2017). A técnica foi empreendida com cinco mulheres que aceitaram participar da pesquisa. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo da qual emergiram três grandes temas: as causas e consequências do encarceramento, vulnerabilidades sociais pregressas agravadas pelo encarceramento e a resiliência, perspectivas futuras e apoiadores sociais. O relato das participantes foi marcado por inúmeras adversidades relacionadas à questão de gênero, raça, escolaridade, dificuldades na infância e à pobreza. O distanciamento dos filhos, o estigma, e a precarização do trabalho foram experiências impulsionadas pela condição do encarceramento. A partir dos resultados depreende-se que a condição de vulnerabilidade e a presença de intensos estressores antecediam a experiência do cárcere e foram agravados por ele. O período de reclusão foi descrito como permeado por sentimentos intensos de solidão e terror, no entanto na qualidade de egressas inúmeras palavras que dão nuances de um enfrentamento resiliente estão presentes nos discursos que representam, também, esperança, gratidão e superação. O presente estudo pode contribuir com a literatura

acerca do tema e tem o caráter de ineditismo em relação ao uso da técnica CENI no Brasil e com mulheres egressas do sistema carcerário no cenário internacional.

Palavras-chave: Encarceramento Feminino. Estresse. Saúde.

ABSTRACT

ALVES, Adriana Moreira**. The relationship between the life trajectory and current stressors of women who were deprived of freedom.** 2021. 70 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulão, Ribeirão Preto, 2021.

Female criminality in Brazil is flagged by a historical bias, in which crime presents an androcentric look. The increase of imprisoned women who are black and with low education contributes to reinforce the profile of the general prison population. Considering that the prison experience can interfere in the person's behavior, in their ways of thinking and feeling, it also contributs to the process of physical and mental illness of these women. Several previous studies has investigated the main stressors of incarcerated women, however this study aims to fill a knowledge gap in the sense of contextualizing such stressors in the life trajectory of women egress from the prison system. Thus, the objective of this study is to analyze how the main stressors of women egress from the prison system are contextualized in their life trajectories. This is a descriptive, qualitative cross-sectional study, developed with women who have already been deprived of their freedom and who are assisted by a council linked to the municipality and which supports women in such conditions. For data collection, questions about sociodemographic characteristics and the Clinical Ethnographic Narrative Interview (CENI) technique proposed by Saint-Arnault (2017) were used. The technique was carry out with five women who agreed to participate in the research. The data were analyzed through content analysis from which three major themes emerged: the causes and consequences of incarceration, previous social vulnerabilities aggravated by incarceration and resilience, future perspectives and social supporters. The report of the participants was marked by numerous adversities related to the issue of gender, race, education, difficulties in childhood and poverty. The distance from the children, the stigma, and the precariousness of work was experiences impel by the condition of incarceration. As the results, apprehend that the condition of vulnerability and the presence of intense stressors preceded the prison experience and were aggravated by it. The period of confinement was described as permeated by intense feelings of loneliness and terror, however,

as egress points, words that give nuances of resilient confrontation are present in the speeches that also represent hope, gratitude and overcoming. The present study can contribute to the literature on the subject and has an unprecedented character about the use of the CENI technique in Brazil and with women egress from the prison system in the international scenery.

Keywords: Female Incarceration. Stress. Health.

RESUMEN

ALVES, Adriana Moreira. **La relación entre la trayectoria de vida y estresores corrientes de mujeres que fueron privadas de libertad**. 2021. 70 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulão, Ribeirão Preto, 2021.

La criminalidad femenina en Brasil es marcada por un sesgo histórico, donde el crimen presenta una perspectiva androcéntrica. El aumento de mujeres encarceladas y negras con baja escolaridad contribuye para reforzar el perfil de la población penal general. Considerando que la experiencia de la cárcel puede intervenir en el comportamiento de la persona, en sus modos de pensar y sentir, contribuyendo también, para el proceso de deterioro físico y mental de estas mujeres, varios estudios previos han investigado los principales agentes de estrés de las mujeres encarceladas, sin embargo el presente estudio pretende llenar un espacio de conocimiento en el sentido de contextualización tales estresores a la trayectoria de vida de mujeres egresadas del sistema penal. De este modo se propuso como objetivo analizar cómo los principales estresores de mujeres egresadas del sistema penal están contextualizados a sus trayectorias de vida. Se trata de un estudio descriptivo transversal cualitativo, desarrollado con mujeres que ya fueron privadas de libertad y que son asistidas por un consejo vinculado al municipio, que da suporte a mujeres en tales condiciones. Para la recolección de datos fueron utilizados estudios sobre las características sociodemográficas y la técnica de Entrevista Narrativa Etnográfica Clínica (CENI) propuesta por Saint-Arnault (2017). La técnica fue emprendida con cinco mujeres que aceptaron participar de la investigación. Los datos fueron analizados por medio del análisis de contenido, del cual emergieron tres grandes temas: las causas y consecuencias de encarcelamiento, vulnerabilidades sociales precedentemente agravadas por el encarcelamiento y la resiliencia, perspectivas futuras y apoyadores sociales. El relato de las participantes fue marcado por innumerables adversidades relacionadas a la cuestión de género, raza, escolaridad, dificultades en la infancia y pobreza. El distanciamiento de los hijos, el estigma y la

precarización del trabajo fueron experiencias impulsadas por la condición del encarcelamiento. A partir de los resultados se entiende que la condición de vulnerabilidad y la presencia de intensos estresores antecedían a la experiencia del encarcelamiento y fueron agravados por él. El período de reclusión fue descrito como permeado por sentimientos intensos de soledad y terror, no obstante, en la calidad de egresadas, innumerables palabras que dan matices de un enfrentamiento resiliente están presentes en los discursos que hablan también de esperanza, gratitud y superación. El presente estudio puede contribuir con la literatura acerca del tema y posee el carácter de originalidad con relación al uso de la técnica CENI en Brasil y con mujeres egresadas del sistema carcelario en el escenario internacional.

Palabras clave: Encarcelamiento Femenino, Estrés, Salud.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Linha do tempo da participante Marta 35
Figura 2 – Mapa do corpo da participante Marta 35
Figura 3 – Parte da linha do tempo da participante Angélica 36
Figura 4 – Continuidade da linha do tempo da participante Keila 37
Figura 5 – Parte da linha do tempo da participante Angélica 38
Figura 6 – Parte da linha do tempo da participante Keila 38
Figura 7 – Mapa do corpo da participante Angélica 43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Artigos selecionados que foram publicados nos últimos cinco anos 19
Tabela 2 – Descrição das participantes 32
Tabela 3 – Categorias, subcategorias e códigos 33-34

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	13
2	**OBJETIVOS**	18
2.1	**Objetivo Geral**	18
3	**REVISÃO DA LITERATURA**	19
4	**MÉTODO**	26
4.1	**Tipo de estudo**	26
4.2	**Local**	26
4.3	**População e amostra**	26
4.4	**Coleta de dados**	26
4.4.1	**Técnicas de coleta dos dados**	26
5	**ANÁLISE DOS DADOS**	29
5.1	**Referencial teórico**	29
6	**ASPECTOS ÉTICOS**	31
7	**RESULTADOS**	32
8	**DISCUSSÃO**	44
9	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	57
	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICES	66
	ANEXOS	70

1 INTRODUÇÃO

Os dados sobre a criminalidade feminina no Brasil ainda carecem de aprofundamentos para uma discussão mais acurada sobre esse fenômeno e suas implicações na saúde das pessoas envolvidas. A infração feminina sempre foi associada a noções de subalternidade da mulher e dos estereótipos atribuídos à criminalidade, fator este, que pode ser explicado por um viés histórico, em que a análise dos crimes se dá por meio de uma percepção masculina. No entanto, os estudos acerca do tema, apresentam uma produção com um viés de neutralidade (BECKER et al., 2016).

Segundo Becker et al. (2016), a carência de informações nos bancos de dados oficiais do governo sobre o perfil da mulher encarcerada e de estudos sobre a participação da mulher nos crimes, corroboram para a invisibilidade de questões importantes sobre as demandas específicas do feminino no sistema carcerário. Ademais, o aumento da população carcerária feminina no Brasil, nos últimos 16 anos, corresponde a 656%, conforme apontam os dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), entidade do Ministério da Justiça (2016).

As mulheres em privação de liberdade nos anos 2000, eram aproximadamente 5.601, porém em 2016 essa população disparou para 44.721. Ao crescimento exponencial do encarceramento feminino entre os anos de 2014 e 2016, observa-se que a população privada de liberdade passou de 37.380 para 44.721, o que representa um aumento de 19,6%. Ao ser comparado com a população masculina, o número é muito inferior: cerca de 545.401 são homens. No entanto, no que tange a esta população, o Brasil segue no *ranking* mundial com a quinta maior população carcerária feminina do mundo (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).

Os dados levantados pelo Departamento Penitenciário Nacional (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016), mostram que a população feminina representa um número pequeno se comparado à população masculina, no entanto, é importante compreender a precarização do encarceramento feminino, levando em conta o que esse processo produz e as estratégias adaptativas utilizadas por esta população no combate ao encarceramento (BECKER et al., 2016). Ao se tratar das unidades femininas e mistas, destacam-se várias questões referentes à estrutura das penitenciarias e ao crescimento da população feminina no sistema prisional (BECKER et al., 2016).

No Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias com recorte do gênero feminino (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014), nota-se que nas instituições prisionais brasileiras, os

principais problemas estão relacionados à estrutura física, iluminação, higiene e instalações com condições graves de falta de ventilação. A Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210, de 11 de julho de 1984, prevê a separação das instituições prisionais entre o sexo feminino e masculino, sendo, portanto, um dever do Estado garantir a destinação aos estabelecimentos conforme o sexo. Tais medidas apresenta um caráter de grande importância para a implementação de políticas públicas direcionadas a esse segmento.

A população prisional feminina brasileira apresenta um perfil associado a diferentes aspectos, que permite olhar sobre os marcadores sociais relacionados às suas histórias de vida e vulnerabilidades (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014). As mulheres negras e com baixa escolaridade, configuram o perfil predominante nas unidades prisionais brasileiras, e revelam as desigualdades associadas ao processo de encarceramento de mulheres no país, reforçando o perfil já existente da população prisional geral.

Os dados apresentados incluem diferentes tópicos sobre as características das pessoas aprisionadas, como o estado civil, a escolaridade, o delito cometido, o tipo de regime e a questão acerca da raça/cor/etnia da mulher em privação de liberdade. Essas informações contribuem para uma discussão e reflexão acurada acerca das problemáticas e das falhas existentes no sistema de justiça penal brasileiro e das políticas públicas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).

Segundo (BECKER et al., 2016; CERNEKA, 2009), as mulheres passam por situações específicas não enfrentadas pelos homens, e estas transcendem questões relacionadas à menstruação e à gravidez. Logo, responder às necessidades das mulheres encarceradas vai além de garantir um pré-natal às gestantes e ao seu bebê, ou a aquisição de absorventes higiênicos, significa a efetivação de políticas públicas voltadas a elas no sistema prisional. Para Santoro et al. (2018), a mulher em privação de liberdade apresenta especificidades relacionadas ao gênero, e que em muitos casos, o tratamento direcionado a elas, contribui na inferiorização de suas características físicas e emocionais.

Neste sentido, Almeida (2006), apontam que as peculiaridades acerca da criminalidade feminina estão correlacionadas à trajetória de vida das mulheres, à manutenção dos ciclos de violência e comportamentos violentos estabelecidos nas relações familiares e afetivas, e que, para o autor, a formação da subjetividade dessas mulheres foi marcada por situações adversas como a violência e, ao serem inseridas nesse contexto, passaram a cometer crimes e a reproduzir comportamentos violentos.

De acordo com Mello (2008) e Lima et al. (2013) a criminalidade pode estar relacionada a diversos fatores, como o ciclo de violência em ambientes familiares e às desigualdades sociais e institucionais, podendo culminar em diferentes desfechos negativos que se constroem como uma base da maioria dos casos de aprisionamento nas penitenciárias e, provavelmente, em futuras reincidências ao sistema penitenciário, no entanto, o autor aponta que tais experiências não significa que possam ser consideradas procedentes para a execução de um crime. No livro 'O que é encarceramento em massa?' Borges (2017), descreve que o encarceramento vai além da privação de liberdade e, apesar de o debate sobre a violência permear o âmbito público, o foco tem sido na violência doméstica, isto é, não tem sido considerada a situação de extrema violência no cárcere, questão que continua na invisibilidade, mesmo sendo a percussora de diferentes condições físicas e emocionais. O contexto de intensa violência deste ambiente apresenta um contorno de maior opressão e punição às mulheres, como exemplo, a negação de acesso ao controle reprodutivo, remédios, negligência médica e psicológica.

Em um plano mais amplo, é possível afirmar que há pesquisas que denunciaram e denunciam a violação de direitos nas prisões brasileiras (ainda que sem o recorte de gênero). Nesse sentido, interessa-nos pensar: se já foi tão fartamente comprovado que este sistema não 'funciona' para o que ele pretensamente foi criado e mantido e por que continuam a expandir os presídios? Importa repensar, então, o que de fato é 'dar certo', em uma lógica genocida e racista, pois se olharmos deste ponto de vista, então o sistema carcerário funciona perversamente bem. Favilli e Amarante (2018) ressaltam que é importante resguardar a dignidade do sujeito que cometeu um delito, sendo tratado como um ser humano mesmo que esteja encarcerado, cumprindo a pena imposta pelo Estado. Assim, cabe enfatizar que não se pode reduzir ou minimizar a esta dignidade, pois um dos objetivos fundamentais que a pena deve possibilitar é a ressocialização do condenado, isto é, a garantia dos direitos humanos não pode ser confundida com o direito de punir, no qual o Estado se caracteriza.

O relatório 'Mulheres Sem Prisão', elaborado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (2017), teve a finalidade de construir estratégias para a redução do encarceramento de mulheres. Com uma série de entrevistas com mulheres que foram encarceradas, apresentou diversos processos judiciais possibilitando ampliar a discussão referente ao sistema de justiça, através de um protagonismo das mulheres (INSTITUTO TERRA..., 2017). Tal relatório destaca a questão cultural do gênero distribuído com papéis, no qual à mulher é delegada o papel do cuidado à família, parentes e filhos, de modo que a mulher, ao ser privada de sua liberdade, toda a família

é prejudicada, pois ela exercia o papel de cuidadora e assumia a responsabilidade financeira deste grupo (RIBEIRO; DEUS, 2017).

Acerca dessas especificidades, um estudo realizado pelos pesquisadores Silva et al. (2014), buscou verificar a realidade feminina na prisão e os problemas associados ao encarceramento, identificou-se que a maioria das dificuldades vivenciadas por essas mulheres, ocorre durante seu processo de reinserção social. O estudo foi realizado, numa penitenciária do interior do Pernambuco, e em um primeiro momento remete à uma reflexão sobre o tráfico de drogas, suas consequências tanto para o usuário quanto para quem comercializa, e no processo de identificação dos fatores estressantes provocados pelo encarceramento que estão relacionados à maternidade, à afetividade e à expectativa de futuro. Nesse estudo, o autor aponta a necessidade de viabilizar espaços para reflexão e discussão sobre o sistema penitenciário tomando como base a promoção da saúde.

Outros estudos sobre o encarceramento feminino apresentaram como proposta de discussão os problemas sociais em decorrência da violência doméstica e a criminalidade, a maternidade no cárcere, e as intervenções psicossociais na área da psicologia, enfermagem, saúde coletiva e do direito (BECKER et al., 2006; ORMEÑO, 2013; RIOS; SILVA, 2010; CRUCES, 2016). Além disso, alguns estudos têm investigado quais são os fatores que desencadeiam o surgimento e/ou agravamento de transtornos mentais e algumas das principais causas apontadas foram o estresse provocado pela mudança de ambiente e rotina de vida, as questões de gênero, assim como a ausência familiar e conjugal (CRUCES, 2016).

Armelin (2010) desenvolveu uma pesquisa sobre a maternidade nas prisões no regime fechado, integrou o conhecimento entre o Direito e as Políticas Públicas de Assistência Social, buscou descrever, através de dados qualitativos e quantitativos com uma análise transversal, as características sociodemográficas das mulheres encarceradas e suas percepções frente às dificuldades encontradas no cotidiano do cárcere. Nesse estudo, as mães apontaram que a presença das crianças na unidade, mesmo causando sofrimento, traziam benefícios a elas, por vivenciarem a maternidade num ambiente hostil como as penitenciarias.

Numa análise descritiva sobre a população feminina no cárcere e saúde mental, Santos et al. (2017) aponta que os problemas associados ao sexo, à estrutura e ambiência, se constituíam como uma variável importante ao processo de adoecimento dessas mulheres, por ser pior do que nos homens que vivenciavam o mesmo contexto.

O acesso ao direito a saúde da população privada de liberdade é previsto na legislação brasileira, que preconiza a garantia que os serviços de saúde nas unidades prisionais sejam direcionados ao atendimento ambulatorial. Tal preconização é regida pela portaria intermunicipal e que garante o atendimento nos diferentes níveis (atenção primaria, secundaria, terciaria, urgência e emergência), esses parâmetros são regulamentados pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), de 2004, e no caso das mulheres, a implementação está assegurada pela Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMP), de 2014 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004; SCHULTZ et al., 2017).

A garantia de um cuidado interdisciplinar e especializado com enfoque nas questões de gênero reverbera uma necessidade que deve ser assegurada pelo sistema prisional. Contudo, além dos aspectos biológicos, apresentar um olhar sobre o cuidado direcionado ao feminino também remete acolher os sentimentos e sintomas dessas mulheres, como tristeza, angústia, medo, dentre outros. Schultz et al. (2017) ainda ressaltou que os problemas relacionados a saúde mental nas prisões é uma questão de segurança e saúde pública.

Considerando os estudos prévios aqui descritos, depreende-se em síntese que o encarceramento feminino tem sido analisado a partir de uma perspectiva relacionada aos ciclos de violência e histórico de vida, bem como da questão da mudança de ambiente que corrobora para a compreensão de fatores externos e internos que desencadeiam o sofrimento psicossocial e o estresse adaptativo.

Neste sentido, é importante destacar que esses estudos ressaltaram que os eliciadores do estresse estão relacionados à falta de estrutura física das unidades para a ressocialização dos reeducandos, a determinadas características sociodemográficas (escolaridade, idade, raça/cor, gênero, renda familiar, etc.), a estarem longe da família, dos amigos e do trabalho. De acordo com Botta e Santos (2016), outro fator que desencadeia o estresse na população carcerária é o tempo da sentença a ser cumprida. Diante disso, faz-se necessário analisar como esses estressores estão contextualizados na trajetória de vida das mulheres que já foram encarceradas a fim de discutir possíveis estratégias adaptativas de enfrentamento, bem como propiciar reflexões sobre projetos de vida futuro.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar como os principais estressores de mulheres egressas do sistema prisional estão contextualizados às suas trajetórias de vida.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Com o objetivo de identificar estudos nacionais e internacionais sobre o estresse e seu impacto na saúde de mulheres encarceradas, foi realizada essa revisão de literatura na base PubMed NCBI - National Library of Medicine Institutes of Health. Utilizaram-se como palavras-chaves os seguintes descritores: (prison* OR incarcerated OR incarceration OR jail* OR "Penal Institutions" OR "Penal Institution" OR reformator* OR galleys OR "Penal Centers" OR "Correctional Facilities") AND (stress*) AND (women OR woman) com correspondentes em inglês de assunto. Identificou-se 94 artigos nacionais e internacionais publicados no período de 2015 a 2019 com tais descritores. Adotou-se, a partir de então, como critérios de inclusão a disponibilidade gratuita dos textos completos em inglês ou português, as participantes do estudo serem mulheres encarceradas e versar sobre os temas estresse e saúde mental. Foram excluídas teses e dissertações, capítulos de livros e relatos de experiências. Empreendeu-se inicialmente a leitura dos títulos e resumos a partir da qual selecionou-se 59 artigos e destes apenas 18 estavam disponíveis na íntegra gratuitamente. Após a leitura dos textos na íntegra identificou-se que apenas 12 deles atendiam de fato aos critérios de seleção adotados.

Na tabela abaixo é possível verificar a quantidade de artigos publicados nos anos correspondentes, bem como os que atenderam aos critérios de inclusão.

Tabela 1 – Artigos selecionados que foram publicados nos últimos cinco anos

Ano	Total de artigos oriundos da busca	Artigos selecionados para leitura na integra	Artigos incluídos nesta revisão
2019	08	02	01
2018	24	04	03
2017	12	03	01
2016	27	05	04
2015	23	04	03

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Identificou-se que há uma crescente produção de artigos sobre o encarceramento feminino e saúde mental, principalmente em revistas internacionais. Dos estudos selecionados a maioria foi desenvolvida nos Estados Unidos da América (EUA), (JONES et al. 2018; KARLSSON; ZIELINSKI, 2020; HARNER et al., 2015; BROWN et al., 2015; FERSZT et al., 2015; BARANYI et al., 2018; LINK; OSER, 2018), dois são nacionais (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016; DOTTA-PANICHI et al., 2015) e os demais compõem os países da

Guiana Francesa, Escócia e Hong Kong (NACHER et al., 2018; KARATZIAS et al., 2018; MAK, 2016). Dentre estes, apenas um é estudo misto (FERSZT et al., 2015) e os demais são quantitativos (JONES et al., 2018; KARLSSON; ZIELINSKI, 2020; HARNER et al., 2015; BROWN et al., 2015; BARANYI et al. 2018; LINK; OSER, 2018; CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016; DOTTA-PANICHI et al., 2015; NACHER et al., 2018; KARATZIAS et al., 2018; MAK, 2016).

Os estudos versavam em temas sobre transtornos mentais, sobretudo o de estresse pós-traumático (TEPT) (JONES et al., 2018; BROWN et al., 2015; DOTTA-PANICHI et al., 2015; MAK, 2016; BARANYI et al., 2018; NACHER et al., 2018; LINK; OSER, 2018), adversidades na infância e outras experiências traumáticas (JONES et al., 2018; CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016; DOTTA-PANICHI et al., 2015; NACHER et al., 2018). A exacerbação de algumas doenças crônicas também foi objeto de alguns destes estudos (KARLSSON; ZIELINSKI, 2020; LINK; OSER, 2018). Na maioria dos artigos da presente revisão, mais de um tema supracitado foram abordados no mesmo estudo, conforme detalhamentos a seguir.

Um estudo realizado sobre mulheres encarceradas norte-americanas em Oklahoma buscou compreender a relação da adversidade na infância e violência conjugal como desencadeantes do Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) em mulheres presas. Os resultados indicaram que a sintomatologia do TEPT estava relacionada com as adversidades de vida da infância e violência conjugal sofrida pelas mulheres investigadas (JONES et al., 2018). A partir desse estudo, destaca-se a importância de entender a correlação da história de vida das mulheres que foram encarceradas considerando os aspectos de violência na infância e da vida adulta, como marcadores centrais da manutenção do estresse no cárcere.

Outro estudo realizado nos Estados Unidos da América, buscou examinar a associação entre o histórico de encarceramento e as condições médicas crônicas em adultos. Os resultados mostraram que o encarceramento quando associado ao tabagismo e ao uso de álcool, contribuem para o aumento significativo das condições médicas crônicas. O estudo ainda apontou que quando associadas às adversidades da infância e aos eventos estressantes, os riscos de hipertensão, infarto do miocárdio, problemas cardíacos menores, úlceras estomacais, HIV/AIDS e doenças sexualmente transmissíveis em mulheres com histórico de encarceramento, estas condições foram mais reportadas quando comparadas com os homens com histórico semelhante (KARLSSON; ZIELINSKI, 2020).

Vale ressaltar que esse estudo sugere que o encarceramento pode ser considerado um fator importante em relação às diferenças em saúde. Destaca-se a importância de reconhecer a

historicidade e os estressores presentes na vida, quando se pensa em fornecer cuidados de saúde aos indivíduos com histórico de encarceramento, neste caso, pensando a função de promover saúde nesse grupo em situação de vulnerabilidade.

Um estudo nacional buscou avaliar o estado de saúde mental de reclusos e pessoas sob custódia no estado do Rio de Janeiro e a associação entre saúde mental e prisão. A amostra era composta por homens e mulheres em privação de liberdade. Desses, mais da metade tinha até 29 anos; 70,6% eram pretos/pardos; 77,4% tinham fortes laços familiares; 42,9% estavam encarcerados há menos de um ano e 22,9% realizavam tarefas de trabalho na prisão. Os resultados mostraram que 35,8% dos homens e 57,9% das mulheres apresentaram altos níveis de estresse. Os participantes do sexo masculino que estavam na prisão no período de um a nove anos tinham 0,55 vezes menos chances de experimentar sintomas de estresse do que aqueles que estavam na prisão por menos de um ano. Aqueles com vínculos familiares regulares/fracos apresentaram maior probabilidade de sofrer estresse do que aqueles com vínculos fortes. Já as mulheres com apenas vínculos familiares regulares/fracos apresentaram maior probabilidade de sofrer estresse, e as tarefas de trabalho realizadas na prisão constituíram-se enquanto fator de proteção. A depressão também foi mais recorrente nas mulheres, representando 7,5%, e os homens 6,3%. Além disso, os autores destacaram que nas penitenciárias femininas as mulheres sofrem com o abandono familiar, que também é um dos motivos desencadeantes do estresse, além de questões financeiras e situações de violência. (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016).

Os autores desse estudo mostraram a necessidade de compreender a relação entre os sintomas de estresse e depressão entre homens e mulheres. Neste sentido, levantaram a discussão sobre as diferenças nos cuidados de saúde e gênero no contexto prisional.

Outro estudo internacional, realizado nos EUA, apontou que a maioria das mulheres que ingressava no sistema de justiça criminal, era negra e pobre, marcada por traumas ao longo da vida e com alto risco de desenvolvimento de TEPT. Esse estudo buscou identificar a prevalência de TEPT em mulheres encarceradas condenadas à prisão de segurança máxima. Quase metade das mulheres estudadas atendeu aos critérios de diagnóstico para TEPT. As mulheres com sintomas moderados a graves de TEPT foram mais propensas a relatar várias condições de saúde física e mental comórbidas do que mulheres sem TEPT. As mulheres com os sintomas mais graves eram mais propensas a relatar ter recebido tratamento de saúde mental na prisão, e as mulheres com sintomas moderados a graves eram menos propensas a perceber tais cuidados (HARNER et al., 2015.

Esse estudo mostra a importância de se pensar práticas de promoção de saúde física e mental dentro do sistema penitenciário, uma vez que os dados apresentados demonstram que o tratamento oferecido pode não beneficiar as mulheres em sua totalidade.

Um estudo realizado sobre experiências adversas na infância e agressão, desenvolvido nos EUA, buscou avaliar as principais diferenças entre os sexos, considerando até que ponto o TEPT, o abuso de substâncias e a depressão mediaram a associação entre experiências adversas na infância e agressão por parceiro íntimo entre homens e mulheres encarcerados. Os resultados mostraram que o abuso físico e o abuso sexual durante a infância estavam associados à violência íntima e, os riscos que foram atribuídos pelo participante à agressão por parceiro íntimo em relação ao desenvolvimento de transtornos prévios foram relativamente baixos. No entanto, os resultados sugerem que abordar o TEPT e o abuso de substâncias pode ser benéfico para os programas de intervenção e prevenção da violência íntima direcionada aos agressores (BROWN et al., 2015).

Num estudo piloto realizado com mulheres encarceradas nos EUA, buscou-se explorar o impacto de um Grupo de *Mindfulness* de 12 semanas na percepção de estresse, ansiedade, depressão e sono de mulheres encarceradas. As mulheres em sua maioria eram economicamente marginalizadas, solteiras, apresentavam taxas mais altas de doença mental do que as da população em geral e exerciam o papel de principal cuidadora dos filhos. Os resultados mostraram que as mulheres que receberam a intervenção apresentaram diferenças significativas entre as pontuações pré-teste e pós-teste sobre percepção de estresse, depressão e ansiedade de todas as mulheres recrutadas (FERSZT et al., 2015).

Um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul avaliou a relação entre os níveis de um neurotransmissor (*Brain-derived neurotrophic factor - BDNF)* e os transtornos mentais entre mulheres presas, em comparação com controles pareados por idade e escolaridade. O BDNF é uma das neurotrofinas mais abundantes e amplamente distribuídas no sistema nervoso central, e é altamente expressa no córtex pré-frontal e no hipocampo, desempenhando papel importante na neuroplasticidade e neuroproteção. Esse estudo foi realizado com uma amostra consecutiva de mulheres presas diagnosticadas com transtornos mentais, mulheres internadas na unidade psiquiátrica e mulheres saudáveis que foram comparadas em relação às variáveis sociodemográficas, criminais e clínicas. Os resultados mostraram que existiam taxas elevadas de TEPT associado ao abuso sexual na infância no grupo de mulheres presas. Com relação aos fatores associados ao BDNF, houve aumento significativo na amostra com mulheres presas em comparação com pacientes com doenças mentais na

população em geral. Tais alterações nos níveis de BDNF não foram atribuídas a diferenças na prevalência de transtornos por uso de álcool ou drogas, ou comorbidades, exposição a abuso sexual na infância, uso de psicotrópicos ou estado de humor (DOTTA-PANICHI et al., 2015).

Um estudo realizado em Hong Kong, buscou verificar se o tratamento psicológico tradicional nas prisões apresentaria a mesma eficácia na redução do sofrimento e bem-estar psíquico do que a combinação de intervenções. Não houve diferenças significativas entre o uso da terapia cognitiva comportamental e intervenção psicológica positiva a esse respeito. O recebimento de ambos os tratamentos conjuntamente, no entanto, produziu, estatisticamente, mais melhorias do que qualquer intervenção isolada na satisfação com a vida, no pensamento esperançoso e na redução de pensamentos depressivos (MAK, 2016).

Num estudo realizado na Escócia, sobre as experiências traumáticas, transtorno de estresse e o comportamento ofensivo de mulheres presas, os autores apresentaram como proposta investigar se as experiências do trauma na vida adulta e o TEPT tinham relação com os eventos traumáticos na infância e o comportamento criminoso. Os resultados mostraram que quase todas as mulheres relataram trauma na infância e na idade adulta e mais da metade atendeu aos critérios do DSM-5 para TEPT. Os traumas múltiplos foram estatisticamente associados à gravidade da ofensa, conforme indicado pelo tempo da sentença. Os autores ainda apontaram que as mulheres cuja historicidade era marcada por múltiplos eventos traumáticos tinham maior probabilidade de cometer crimes graves e, por essa razão, é muito importante avaliar e atender as demandas associadas ao trauma. Embora as prisões nunca devam ser usadas como substitutos dos serviços de saúde, quando mulheres ou meninas são enviadas para a prisão, a oportunidade de intervenções construtivas deve ser aproveitada (KARATZIAS et al., 2018).

Um estudo realizado nos EUA por Baranyi et al. (2018) buscou estimar as taxas de prevalência de TEPT nas populações prisionais a partir de uma revisão sistemática de artigos selecionados entre os anos de 1980 e 2017. Os resultados mostraram que a incidência do TEPT variou de 0,1% a 27% no sexo masculino, e de 12% a 38% nas populações de mulheres presas. Como o estudo foi realizado com uma amostra aleatória, a heterogeneidade do estudo foi muito alta, e houve alta prevalência de TEPT entre as pessoas presas, especialmente as mulheres. O estudo ainda aponta a importância de se investir em intervenções psicossociais para prevenir a violência, especialmente contra crianças e mulheres, e para mitigar suas consequências, sobretudo em comunidades marginalizadas.

Um estudo desenvolvido na Guiana Francesa sobre o encarceramento e os fatores associados às condições psiquiátricas buscou obter informações sobre os aspectos sociodemográficos, a

prevalência das condições psiquiátricas dos presos e as taxas de violências associados aos mesmos. Os resultados mostraram que os indivíduos que apresentavam histórico de encarceramento tendiam mais a desenvolver transtornos mentais, como por exemplo, o transtorno de ansiedade generalizada, e que estes eram associados a crimes violentos. Segundo os autores, o aumento da população carcerária foi considerado um agravante intensificado pela passagem em diversas instituições distintas, por acarretar danos à saúde mental dos presos (NACHER et al., 2018).

Outro estudo realizado nos EUA sobre as causas de eventos estressantes da vida e os fatores culturais associados às mulheres afro-americanas, buscou investigar a relação entre vários estressores importantes que ocorrem em cinco contextos sociais distintos, (financeiro, saúde, perda de rede social, vitimização e gênero/raça), e o pensamento criminal como estratégia de enfrentamento. Os resultados mostraram que as mulheres afro-americanas envolvidas com o sistema de justiça enfrentavam estressores significativos em uma variedade de contextos sociais, que eram, substancialmente maiores do que as suas contrapartes da comunidade. Além disso, as mulheres afro-americanas da amostra estavam sujeitas a estressores culturalmente específicos, como o que os autores chamam de racismo de gênero. A presença sólida de racismo de gênero ressalta o fato de que os estressores com os quais as mulheres estão lidando ocorrem nas interseções de suas múltiplas identidades sociais, que foram consistentes nos resultados (LINK; OSER, 2018).

Em síntese, considerando que o objetivo da presente revisão foi identificar os estudos nacionais e internacionais desenvolvidos nos últimos cinco anos sobre o estresse e seu impacto na saúde de mulheres encarceradas, identificou-se que inúmeros autores têm se dedicado ao estudo de tal temática em diferentes países. Os principais estressores apontados nos estudos revisados foram violência, problemas familiares e financeiros e falta de apoios sociais, também descritos pelos autores como fatores relacionados ao comportamento violento das mulheres e ao seu envolvimento com o crime. Os estudos, com forte ênfase nos transtornos mentais correntes (sobretudo o TEPT), sinalizavam a existência de tais estressores antes mesmo do encarceramento e descreveram a importância do papel das adversidades e experiências traumáticas prévias como fatores de risco psicossocial neste grupo.

Considerando que o objetivo proposto no presente estudo é analisar como os estressores relacionados ao encarceramento são percebidos pelas próprias mulheres que já estiveram em privação de liberdade e como estes estão contextualizados na trajetória de vida delas, vale ressaltar que a totalidade dos estudos revisados de certo modo abordaram esta questão. No

entanto identificou-se que o foco principal destes estudos foram os estressores prévios ao encarceramento e não necessariamente do contexto do cárcere e o foco em possíveis efeitos psíquicos, sobretudo no desenvolvimento de transtornos mentais.

Considerando que a maioria destas pesquisas foi desenvolvida nos moldes quantitativos, depreende-se que o uso de questionários e escalas psicométricas certamente restringiu o repertório de situações/condições que poderiam ser consideradas como potencialmente estressores pelas participantes. Além disso, a contextualização com suas trajetórias de vida se deu, em consequência do método adotado, por meio de testes estatísticos, o que de algum modo culmina também em certa limitação no tocante às possibilidades de expressão das participantes. Estes aspectos assumem relevância, sobretudo quando consideramos a complexidade das diferentes trajetórias de vida, bem como a abrangência dos fenômenos em questão.

Desse modo, propõe-se, no presente estudo, o uso da abordagem qualitativa para o desenvolvimento da análise visando adentrar na profundidade de tais fenômenos, utilizando uma proposta alternativa de coleta de dados que, por sua diversidade, certamente possibilitará maior liberdade às mulheres na expressão de sua percepção contribuindo tanto para a aquisição de dados descritivos mais densos quanto para ampliação do repertório reflexivo de tais mulheres em relação às suas trajetórias de vida.

4 MÉTODO

4.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo descritivo transversal qualitativo.

4.2 Local

Após o cumprimento da pena, algumas mulheres, ao sair da penitenciária, são atendidas em organizações não-governamentais (ONGs), nos serviços destinados a saúde, assistência e projetos sociais. Em Ribeirão Preto, esses atendimentos são realizados no Conselho Municipal de Desenvolvimento e Promoção de Igualdade Racial – Comdepir, responsável em promover ações na inclusão e acesso dessas mulheres à sociedade.

4.3 População e amostra

Foi realizada uma reunião com a responsável pelo Comdepir, e agendado um encontro com as mulheres egressas do sistema prisional ativas nos atendimentos deste local no mês vigente, para apresentar os objetivos da pesquisa e esclarecer possíveis dúvidas. As cinco mulheres que compareceram na reunião aceitaram participar da pesquisa, e compuseram a amostra do presente estudo.

4.4 Coleta de dados

4.4.1 Técnicas de coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada utilizando um questionário sociodemográfico e a Entrevista Narrativa Etnográfica Clínica (CENI), proposta por Saint- Arnault et al. (2017).

O questionário sociodemográfico versou sobre o perfil de cada participante, considerando condição econômica, familiar, afetiva e conjugal.

A Entrevista Narrativa Etnográfica Clínica (CENI) consiste em uma abordagem proposta por Saint-Arnault (2017), que utiliza técnicas visuais como disparadoras para as entrevistas qualitativas. Trata-se de um conjunto de estratégias que propiciam a conexão entre o objeto de estudo e os aspectos da vida do participante, a partir de uma variabilidade de ângulos.

Segundo Saint-Arnault (2017), além da proposta de qualificar a coleta de dados qualitativos, a CENI tem o potencial de auxiliar o sujeito a processar, sob uma nova égide, a articulação entre o sentido que atribui ao determinado evento/experiência e o significado da cura/reabilitação. Assim, o uso de tais técnicas, além de propiciar entrevistas mais fluidas, tem o potencial de suscitar reflexões importantes em relação à autopercepção, emoções correntes e motivar as participantes em relação a projetos futuros.

Além disso, a proposta da CENI, de estimular uma releitura cronológica da experiência vivida, pode estimular na participante um movimento interno e externo resultando tanto em uma narrativa mais precisa dos eventos quanto na reorganização dos sentimentos relacionados a tais experiências.

A CENI é composta por quatro principais abordagens, o Mapa de Rede Social, o *Card Sort, o Body-mapping* e a Linha do Tempo. Considerando o objeto do presente estudo, e entendendo que a reação aos estressores específicos é tanto influenciada pelas experiências prévias quanto tem o potencial de 'imprimir' marcas físicas e subjetivas no plano corpóreo, para coleta de dados serão utilizadas as abordagens da CENI em sua versão original, a saber, o Mapa de Rede Social, o *Body- mapping*, a Linha do Tempo e o *Card Sort*.

O *Body-mapping* consiste em uma técnica de 'mapeamento corporal' que propicia a representação visual do corpo de modo a sinalizar os principais pontos de tensão, cicatrizes e 'marcas' de suas experiências de vida. É de extrema relevância para suscitar reflexões sobre as 'marcas' físicas e subjetivas que os eventos 'imprimem' no âmbito do corpo (GASTALDO, 2012).

A Linha do Tempo é uma representação gráfica retrospectiva das várias etapas da vida do indivíduo perpassando as experiências significativas que ele entende que influenciaram o evento atual e tem o potencial de estimular o participante a relacionar experiências passadas com ações subsequentes (SAINT-ARNAULT; SHIMABUKURO, 2012). A abordagem implica em fornecer aos sujeitos uma folha de papel em branco situando principais eventos, sintomas e sentimentos, indicando os altos e baixos de sua vida (SAINT-ARNAULT; SHIMABUKURO, 2012).

Estas técnicas visuais propiciam a construção de narrativas junto às participantes, de modo a constituir um *corpus* de informações que poderão ser analisadas mediante a análise de conteúdo triangulando com as imagens oriundas de tais abordagens.

O *Card sort* em sua versão original consiste no uso de cartões com nomes de sentimentos para a construção de um ‘mapa de sentimentos’. Sua utilização tem o potencial de estimular as participantes a nomearem suas sensações, as causas, consequências e significados de acontecimentos atuais e/ou perspectivas futuras (SAINT-ARNAULT; SHIMABUKURO, 2012).

O Mapa de Rede Social tem como finalidade identificar os principais apoiadores. Na proposta da CENI, este é construído também com recurso visual (SAINT-ARNAULT, 2017). Entende-se que além de propiciar a geração de dados, estas abordagens contribuirão para suscitar nas participantes egressas do sistema prisional reflexões sobre os impactos provocados pelo cárcere em sua saúde física e psicossocial, bem como um melhor ‘reconhecimento’ dos seus recursos internos visando identificar possíveis estratégias de enfrentamento para os estressores atuais.

A técnica pode ser utilizada com as devidas autorizações da autora e a partir de um treinamento teórico-prático de 12 horas ministrado pela mesma. O treinamento foi realizado pela autora em conjunto com outros pós-graduandos membros do Grupo de Estudos em Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental. A oficina ocorreu nos dias 06, 07 e 08 de julho de 2020 a partir da qual foi conferido aos participantes uma licença para o uso e aplicação da técnica CENI em pesquisas.

Procedimentos para a coleta dos dados

O questionário sociodemográfico foi fornecido às mulheres que aceitaram participar do estudo no mesmo dia do recrutamento, após todos os procedimentos éticos descritos adiante.

A operacionalização da CENI se deu presencialmente, na modalidade individual, por meio de um encontro com duração de uma hora. A entrevista foi gravada diante do consentimento das participantes e das dirigentes no local do estudo. Além disso, os encontros contaram com um observador que utilizou um diário de campo para registrar as narrativas e o andamento das sessões. A pesquisadora que conduziu a coleta dos dados também fez anotações em diário de campo sobre o andamento do grupo, suas impressões e reflexões relacionadas às histórias narradas.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Referencial teórico

De acordo com Gomes et al. (2016), experiências estressantes podem influenciar na forma como a pessoa se sente, pensa e se comporta, podendo induzir alterações fisiológicas que podem ser reversíveis, mas dependendo de sua duração e intensidade pode culminar em adoecimento físico e mental. Os efeitos do estresse na esfera social, estão relacionados à deterioração das relações interpessoais e redução da disponibilidade dos apoiadores sociais, além da indução de sintomas como a alteração da atenção e da memória, e questões fisiológicas como alterações no sistema neuroendócrino, modificação das funções cardiovasculares, respiratórias, secretórias e viscerais.

De acordo com a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL..., 1993), o estresse psicossocial menos grave relacionado aos ‘eventos de vida’ pode dar início ou contribuir para a apresentação de uma variedade muito mais ampla de transtornos; em outras palavras, o estresse não é suficiente para explicar a ocorrência e a forma do transtorno, porém, pode ser considerado como uma resposta mais adaptativa a um estresse grave ou continuado, devido à interferência de adaptação. As experiências traumáticas podem estar relacionadas às catástrofes naturais, acidentes ou uma mudança súbita e ameaçadora na posição social (LIPP, 2005).

Assim, o sujeito, ao passar pela experiência do encarceramento, já possui várias fontes estressoras, por estar privado de liberdade ou por estar longe de pessoas de seu convívio. Entretanto, nas penitenciárias brasileiras existem outros fatores estressantes para o preso, como a falta de estrutura física e condições para que ele seja ressocializado (BOTTA; SANTOS, 2016).

Assim, o desenvolvimento do presente estudo está baseado na sinergia entre os conceitos de vulnerabilidade e estresse. Segundo Füssel (2007) e Gallopín (2006) a vulnerabilidade pode ser descrita como a tendência de um grupo, sistema ou indivíduo de sofrer os impactos de um estressor, e figura como uma complexa interação entre risco (probabilidade de um “perigo” ocorrer, segundo Füssel (2007) e Prowse (2003)) e capacidade adaptativa.

A partir desta sinergia recomenda-se que o estudo das situações vulneráveis parta da análise dos estressores (perigos e ameaças), suas causas e efeitos (Füssel, 2007). Sob essa égide aponta-se que situações relacionadas à educação, segurança e acesso aos direitos humanos básicos

configuram-se em estressores que podem ser traduzidos como injúrias à vida, danos sociais, econômicos e ambientais, e contribuem para a vulnerabilidade social, pobreza, analfabetismo e baixo capital social (CHAMBERS, 2006; PHILIP, RAYHAN, 2004; PROWSE, 2003; SCHMIDLIN, 2019).

Procedimento de análise dos dados

As narrativas oriundas das técnicas utilizadas foram transcritas e analisadas utilizando a técnica de análise de conteúdo proposta por Graneheim e Lundman (2004) e sob a égide do referencial teórico adotado. Os dados visuais, em geral, foram triangulados com as categorias oriundas da análise de conteúdo e utilizados como ilustrativos dos símbolos e conteúdos expressos nas narrativas.

6 ASPECTOS ÉTICOS

Esse estudo foi iniciado após a aprovação do Comitê de Ética da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, no dia 21 de dezembro de 2020, CAEE: 39811420.6.0000.5393, e autorização da Secretária Municipal de Igualdade Racial de Ribeirão Preto.

Tal procedimento, visou atender aos dispositivos da Resolução nº 466/12 sobre pesquisa envolvendo seres humanos. As participantes do estudo receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por meio do qual foram informadas sobre a finalidade da pesquisa, reservando a todas o direito de aceitar ou não participar do estudo.

7 RESULTADOS

Dados sociodemográficos

As entrevistadas tinham entre 31 e 35 anos, não apresentavam problemas de saúde, cumpriram de quatro meses a 12 anos de prisão, cumprindo pelas relacionadas a envolvimento com tráfico de drogas, dentre outros crimes.

A Tabela 2 apresenta características individuais reportadas por elas.

Tabela 2 – Descrição das participantes

Participante	*Descrição*
01	Marta, tem 35 anos de idade, é uma mulher negra, solteira, tem dois filhos, de 10 e de oito anos de idade. Referiu ser auxiliar de serviços gerais, evangélica, declarou renda familiar de mil e duzentos reais, e não apresentar problemas de saúde. Foi presa duas vezes, a primeira por assalto e a segunda por tráfico de drogas cumprindo um total de 12 anos de pena (oito e cinco anos, respectivamente) na Penitenciária Feminina de Sant'Ana, em São Paulo.
02	Prefere ser identificada como Angélica, tem 37 anos de idade, é uma mulher branca, casada, sem filhos. Referiu estar desempregada, ser católica, e não apresentar problemas de saúde. Cumpriu pena durante quatro meses na Cadeia Pública de Cajuru, por tráfico de drogas e corrupção de menores, sendo mantida em liberdade condicional por três anos e meio.
03	Prefere ser identificada como Sonia, tem 30 anos de idade, é uma mulher negra, casada e tem uma filha de nove anos de idade. Referiu ser empregada doméstica, receber auxílio reclusão, e não apresentar problemas de saúde. Cumpriu pena de oito anos por homicídio, no complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (PIEP), no Horto, em Minas Gerais.
04	Prefere ser identificada como Keila, tem 32 anos de idade, é uma mulher parda, solteira e tem dois filhos, de 15 e dois anos de idade. Referiu ser católica, autônoma, e não apresentar problemas de saúde. Teve três condenações por associação ao tráfico de drogas, assalto a mão armada, estelionato e falsidade ideológica, totalizando 12 anos de reclusão. A primeira pena cumpriu no complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (PIEP), no Horto, em Minas Gerais, e as demais penas foram cumpridas na Penitenciaria Feminina de Sant'Ana, em São Paulo.
05	Prefere ser identificada como Veridiana, tem 33 anos de idade, casada, é uma mulher negra, tem uma filha de dois anos. Referiu ser evangélica, auxiliar de produção, não apresentar problemas de saúde e declarou renda familiar de mil e quinhentos reais. Cumpriu pena de quatro anos por associação ao tráfico de drogas, na Penitenciaria Feminina de Ribeirão Preto.

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

A tabela 3 apresenta a árvore de códigos das categorias elencadas a partir da análise de conteúdo.

Tabela 3 – Categorias, subcategorias e códigos

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	CÓDIGOS
As causas e consequências do encarceramento	As causas	Criminalidade Reincidência Dependência de substâncias Violência
	Ambiente hostil no cárcere	Agressões Abuso de poder Superlotação Conflitos
	Rompimento familiar devido a reclusão	Desamparo da família Distanciamento dos filhos
Vulnerabilidades sociais pregressas agravadas pelo encarceramento	Dificuldades econômicas e psicossociais ao longo da vida	Dificuldades financeira Desemprego Eventos adversos na infância Abuso infantil Trabalho na infância Negligência na infância Evasão escolar Separação dos pais Violência do pai
	Emoções negativas, sintomas e traumas	Arrependimento Decepções Estigma e preconceito Sintomas físicos Problemas hormonais Estresse pós-traumático
Resiliência, perspectivas futuras e apoiadores sociais	Emoções positivas	Perseverança Senso de propósito Esperança Gratidão Boas recordações Orgulho de si mesma Persistência Superação Resiliência
	Estratégias de enfrentamento	Autoconhecimento Espiritualidade Busca por ajuda Estudo

Tabela 3 – Categorias, subcategorias e códigos. Continuação.

Projeto de vida e oportunidades	Casamento Construir uma família Conquistas pessoais Realização de um sonho Recomeço Outra oportunidade
A importância dos apoiadores sociais	Rede de apoio Convívio social Ações da igreja Auxílio Reclusão Ambiguidade das relações sociais

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Categoria 1- As causas e consequências do encarceramento

Identificou-se que as participantes se envolveram tanto com uso quanto com o tráfico de drogas ainda na tenra idade culminando posteriormente nas penalizações e encarceramentos.

> *Ah! Na minha trajetória de vida, eu acho que com sete anos eu fui viciada em droga, eu morava no XXX [bairro vulnerável do município de origem da participante] ...Quando a minha mãe foi descobrir eu já estava completamente viciada nas drogas [...] a minha mãe ficou desesperada, porque como uma criança de sete, oito anos estava viciada no crack?(Marta).*

A linha do tempo desta participante também ilustrou esse episódio de sua vida, conforme a figura 1, a participante desenhou duas crianças e uma mulher adulta e referiu que era a amiga da mãe que dava drogas à filha e à ela quando ainda eram muito pequenas. Ao lado fez uma figura para representar a mãe e escreveu "*minha mãe descobre viciada no crack, mudou tudo, virou um inferno*". Dando continuidade, desenhou outra pessoa e escreveu "*eu na Febem, Febem educacional*". Por fim representou uma mulher adulta para ilustrar sua passagem no cárcere e descreveu "*Dor por causa do vício*."

Figura 1 – Linha do tempo da participante Marta

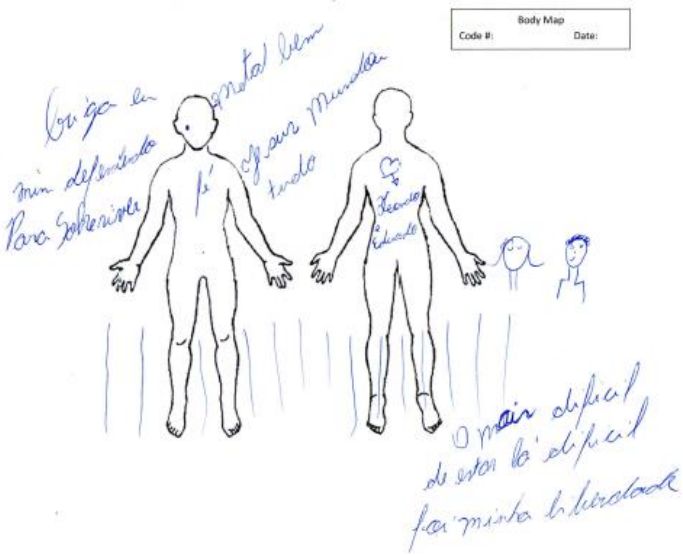
Fonte: elaborado pela participante Marta, coletado nas entrevistas conduzidas pela autora, 2020.

> *A primeira vez que fiquei presa foi por tráfico, aí depois foi suborno e estelionato, essa foi a mais longa foram seis anos, aí a última foi assalto e associação a quadrilha (Keila).*

Uma vez privadas de liberdade, depararam-se com um ambiente hostil marcado pelo abuso de poder, dificuldade na convivência com as demais mulheres e outras adversidades intensificadas pela superlotação.

> *Agressões física e verbal e aquilo ali [convivência na prisão] é um teste de tudo porque eles te viram de cabeça pra baixo (Marta).*

Figura 2 – Mapa do corpo da participante Marta



Fonte: elaborado pela participante Marta, coletado nas entrevistas conduzidas pela autora, 2020.

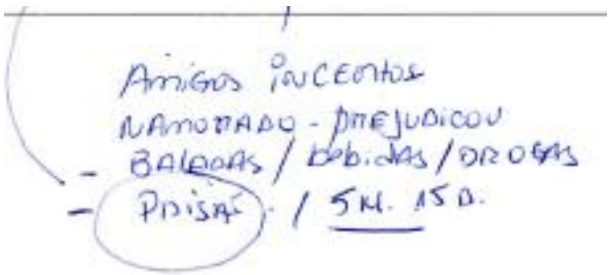
Conforme pode ser observado na figura 2, a participante descreveu em seu mapa corporal que *"as brigas na prisão eram para se defender*". Escreveu "*Fé*" no peito, desenhou alguns riscos entre o corpo e referiu que isso representava as grades. Escreveu próximo à cabeça "*Mental bem*", ao lado do coração da parte de trás do corpo (à esquerda) descreveu "*fé*" e "*Jesus mudou tudo*". Na figura do corpo correspondente à parte da frente (à direita) desenhou um coração com uma seta apontando para os nomes dos filhos e referiu sentir saudades deles. Desenhou duas crianças ao lado do corpo, representando os filhos, e escreveu "*O mais difícil de estar lá difícil foi minha liberdade*".

> *Então muitas das vezes, elas [companheiras de cela] se mutilavam por conta de tudo que passavam, o que elas estavam sentindo, elas não conseguiam colocar para fora. Então era uma situação muito complicada, porque eu não sabia o que fazer, como podia fazer [...]. Uma das coisas mais difíceis, era lidar com as pessoas, muitas mulheres num mesmo espaço [...] Na minha cela ficavam em média de 18 a 25 mulheres, mas a capacidade era para oito mulheres, muitas ficavam no chão, na "praia" como se fala lá dentro. Já as celas maiores chegavam a comportar até 45 pessoas (Sonia).*
>
> *O que chegava para mim eu tinha que doar, se eu não doasse eu seria punida (Angélica).*

Além disso, foram mencionados rompimentos dos laços familiares e de amizade devido ao encarceramento.

> *Eu vejo mesmo que realmente é isso, é o abandono dos familiares e de amigos também, você tem amigos tão próximos que você pensa que é para a vida toda [...] minha família me abandonou lá dentro, só tive uma única visita em todos os anos que fiquei presa (Keila).*
>
> *Sentia desamparada, minha família me abandonou lá dentro, só recebia meu auxílio reclusão (Sônia).*
>
> *Eu sempre fui muito julgada, muitas traições, porque você acha que tem amigos estando lá dentro ou aqui fora, mas a gente não tem, é traição de amigos e da família em geral, aí não tem por que está junto (Angélica).*

Figura 3 – Parte da linha do tempo da participante Angélica



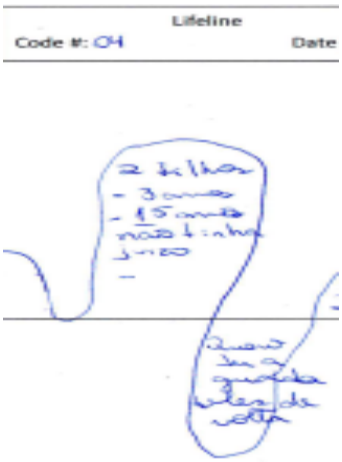
Fonte: elaborado pela participante Angélica, coletado nas entrevistas conduzidas pela autora, 2020.

Conforme pode ser observado na figura 3, uma das participantes descreveu como ponto baixo em sua linha do tempo "*amigos incertos, namorado prejudicou, baladas, bebidas, drogas, prisão por 5 meses 15 dias*."

O distanciamento dos filhos foi referido como um sofrimento significativo, também decorrente do encarceramento.

> *No início eu fiquei meia desesperada, porque pegaram minha filha pequena. [...]. Meu filho ainda estou tentando a guarda dele, e uma aproximação mais forte, então aqui é meu filho [XXX]. Quando fui presa, ele era pequeno, então eu não tive nenhum contato com ele, por que não recebia visitas (Keila).*

Figura 4 – Continuidade da linha do tempo da participante Keila



Fonte: elaborado pela participante Keila, coletado nas entrevistas conduzidas pela autora, 2020.

Uma das participantes descreveu como ponto alto em sua linha do tempo (figura 4) "*dois filhos, um com três anos, 15 anos, não tinha juízo"* e como ponto baixo na vida adulta descreveu: *"quero ter a guarda deles de volta.*"

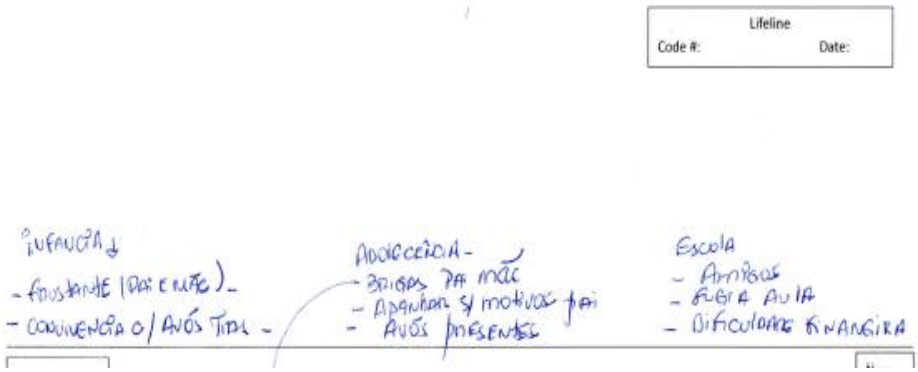
> *Como falei, foram longos e oito anos que fiquei presa, passei por várias dificuldades, a principal e maior foi ter ficado longe da minha filha, não ter visto o crescimento dela de perto, e isso me dói muito, nenhuma mãe devia ficar longe de seu filho, e foi tirado ela de mim, aqui sofri muito (Sônia).*

Categoria 2 - Vulnerabilidades sociais pregressas agravadas pelo encarceramento

As participantes enfatizaram situações de violência, dificuldades sociais, de aprendizagem e financeiras em suas trajetórias de vidas.

> *[...]E na época que eu era de família bem simples, meu pai analfabeto, minha mãe analfabeta (Marta).*
>
> *O meu pai me batia, às vezes por eu ir treinar na escola, ele não acreditava, eu apanhava por motivo besta. [...] a escola eram os amigos, era jogo de baralho, eu fugia das aulas, entendeu? [...]Aí veio a dificuldade financeira, que meu pai se separou da minha mãe. Comecei a trabalhar para ajudar a minha mãe (Angélica).*

Figura 5 – Parte da linha do tempo da participante Angélica



Fonte: elaborado pela participante Angélica, coletado nas entrevistas conduzidas pela autora, 2020.

A participante descreveu a infância como "*frustrante (pai/mãe), convivência com avós e tias*", adolescência brigas pai e mãe, apanhar sem motivo do pai, avós presentes e na "*escola, amigos, fugia da aula, dificuldade financeira*."

> *Mas quando eu tinha quatro anos, ele [tio] tentou me estuprar e foi assim até os meus oito anos. [...] eu não frequentava direito a escola e nem sabia ler (Keila).*

Figura 6 – Parte da linha do tempo da participante Keila

Fonte: elaborado pela participante Keila, coletado nas entrevistas conduzidas pela autora, 2020.

Uma das participantes descreveu como pontos baixos de sua linha do tempo (figura 5) "*duas tentativas de estupro, primeiro aos quatro anos e segunda aos oito anos, separação dos pais,*

abuso de amigos da mãe". Ela disse que esses episódios aconteceram na infância, após a separação dos pais. Descreveu "10 anos roubava e aos 12 anos primeira vez presa."

Eventos como brigas e separação dos pais, bem como inúmeras emoções negativas (desamparo, raiva, revolta, decepção), foram enfatizadas ao descreverem a infância e a adolescência.

> *Assim dos seis aos 10 anos foi a parte frustrante, assim de pai e mãe, que era onde eu via as brigas, do meu pai com a minha mãe, ele chegava com faca [...] eu me sentia nervosa e inquieta pelo fato das brigas do meu pai com a minha mãe. Ansiedade porque eu queria resolver as coisas, não sabia o que acontecia e fugia dos problemas para não ver as brigas em casa. Me sentia desamparada pelo fato das brigas e não saber o que poderia acontecer. Muita raiva, porque eu gravava tudo o que meu pai fazia com minha mãe. Nervosa, muito nervosa, brigava muito, entendeu, por isso. E frustração, porque era que eu não dormia. Ouvir as brigas e ficar pensando o que poderia acontecer [...] chorava no quarto calada isso, dos seis aos 10 anos (Angélica).*
>
> *Na minha infância meus pais se separaram, e eu acho que tinha uns quatro anos e nisso eu acho que me afetou muito [...], então eu sentia a falta dele, às vezes eu era meio revoltada por conta dessa relação meio distante com ele (Veridiana).*
>
> *Eu tive uma infância muito triste, eu era uma criança que não recebia muita atenção, eu sempre via minhas irmãs apanhando, e eu não apanhava porque eu não fazia bagunça (Sonia).*

Todas estas questões foram intensificadas pelo encarceramento. As consequências deixadas por essa experiência foram traduzidas em sintomas físicos como dores, fraqueza, problemas menstruais, tremores.

> *Eu tenho muita tremedeira, tinha uma vez que eu não menstruava, teve uma época que eu fiquei um ano sem menstruar lá dentro, por causa de todo o nervosismo que passava lá dentro. As minhas mãos ficavam geladas, meus pés, era muito difícil tudo, porque não acreditava que estava passando por aquilo [...] aqui nas minhas pernas vou desenhar elas inchadas, porque, porque assim lá dentro a gente não anda muito, então hoje quando eu ando 30 minutos, eu já fico cansada. Lá dentro o espaço era muito pequeno, quando eu entrei tinha 22 anos e hoje estou com 30 anos, as únicas vezes que andava era quando ia tomar banho de sol, e era pouco tempo, no máximo uma hora. E eu não conseguia fazer as atividades físicas, ao decorrer dos anos e hoje eu sofro com isso (Sonia).*
>
> *Me sentia fraca, dores nos ombros/nas costas e nas pernas também, como te falei (Keila).*
>
> *Quando eu estava na prisão, sentia muita dor de cabeça (Veridiana).*

Concomitantemente sensações como vazio, medo, desamparo, tristeza, frustação, solidão, desespero, vergonha, nervosismo, arrependimento e traumas foram relatadas em relação ao contexto do cárcere.

> *[...] eu senti um vazio muito grande, eu sentia um vazio, aquela tristeza, aquele medo. Eu senti medo! medo, eu senti muito medo, frustrações, eu me*

> *senti nervosa, eu senti muita ansiedade, eu me senti cansada da vida, com vontade de me matar me senti desamparada, me senti fraca, isolamento, fechada em mim mesma. Me senti... tem outra coisa que eu senti: frustração [...] eu acho que a minha frustração foi quando eu me vi dentro de um presídio, acho que a frustração maior que eu tive foi essa (Marta).*
>
> *Foram vários sentimentos que senti, alguns eu até dava o mesmo nome, por exemplo, eu me sentia muito frustrada por ter sido presa e por ter decepcionado meus pais, porque assim, a minha mãe sempre me avisou a ter mais cuidado com quem andava, para não ficar com aqueles amigos que não queriam meu bem. Então assim eu senti frustração em vários momentos, sabe? Tristeza e medo. E eu até acho que meu medo era por estar ali, sabe, num lugar desconhecido. [...] Preocupação, nervosismo. O coração ficava muito triste, às vezes era uma tristeza assim, um vazio mesmo que a gente não sabia como ser preenchido, que foi no início que quando caiu a ficha que eu estava presa. Aí veio a saudade, a fraqueza no espírito [...] nervosa, inquietação e ansiedade tenho até hoje, meu marido fala que eu não tenho muita paciência mais (Veridiana).*
>
> *Eu passei muitos anos da minha vida presa, mais um sentimento que tinha e era sempre, era o medo, porque foi por causa do medo que fiquei nessa condição, de ficar na cadeia. Eu vivia com irritabilidade/nervos à flor da pele, mãos frias e vivia preocupada, preocupação excessiva, o coração acelerado. Tinha dor de cabeça, sentia solidão. [...] Por muito tempo tive vergonha, e quando saí, não tinha energia, e não conseguia fazer nada, era a época que fiquei depressiva (Keila).*
>
> *O primeiro foi frustração, eu passei os oito anos sem aceitar minha condição de estar presa, tudo ali dentro era motivo de ficar cansada e sofrimento. Eu vivia com irritabilidade/nervos à flor da pele, mãos frias e vivia preocupada, preocupação excessiva, o coração acelerado, quando via as minhas companheiras de cela se cortarem, sentimento de culpa, ele vinha quando lembrava que eu não merecia passar por aquilo, se tivesse denunciado, não teria ficado longe de minha filha (Sonia).*
>
> *Na minha cabeça a solidão e o trauma psicológico dos dias vividos, dos acontecimentos, deixaram marcas. De um lado, falta de apoio, aqui saudades. Saudade [XXX] de quem eu era antes, de quando [XXX] tinha força para seguir em frente, sem ter recaídas[...]. E no atual, são sentimentos, decepções com a falta de emprego, família, sociedade e a rotina (Angélica).*

As principais características atribuídas ao período atual enquanto egressas foram o desemprego, estigma e o preconceito.

> *[...] e eu posso estar qualificada ali pra certo tipo de vaga de emprego, eu estou ali naquela oportunidade eu sou a pessoa mais qualificada, estou te falando de casos que já aconteceram, na hora que eles puxam minha ficha criminal não tenho a mínima chance, é aquela pessoa que estava ali sendo descartada, assim sendo passada na minha frente, ela não tem aquela competência que estão pedindo e nem tem nenhuma das habilidades que eles estão querendo, porém ela vai ser passada na minha frente porque vou ser excluída (Keila).*
>
> *A discriminação era muito forte eu sentia na minha alma [...]. Porque antes ainda você saia, você podia trabalhar, você tinha uma renda, hoje não, hoje a gente vê os familiares obrigados a ficarem trancados dentro de casa, eu acho que hoje está mais difícil do que antes. Eu antes podia sair, fazer uma*

> *faxina, eu podia sair para ir à casa dos meus tios, nem na minha família eu estou indo mais, são difíceis, por causa do isolamento (pandemia) (Marta).*
>
> *Porque há muitos preconceitos, a sociedade não consegue aceitar e conviver com um ex-presidiário. E quando eu saí, sofri muito preconceito, até demais [...]. E atualmente, a única coisa que eu faço é algumas faxinas, que é a única coisa que arrumei, por conta da pandemia (Sonia).*

Categoria 3- Resiliência, perspectivas futuras e apoiadores sociais

As participantes relataram processos de enfretamento marcados pela espiritualidade e projetos de vida. Superação e recomeço delimitam parte dos discursos das participantes em relação ao momento atual no qual demonstraram estarem imbuídas de esperança e gratidão a despeito de toda a história de sofrimentos.

> *Eu acho que o objetivo maior eu acho que é o amor a esperança de se transformar, de transformar ao que está ao redor de você, a força, a expectativa de ser alguém na vida (Marta).*
>
> *E ter fé, acreditar na importância do amor de Deus na nossa vida [...]. Eu demorei muito tempo a entender que poderia ter sido diferente da minha vida, eu só percebi que podia mudar hoje com 33 anos, tem dois anos que saí da prisão [...]. Então o que falo para as outras pessoas, é seguir um caminho certo, e buscar conhecimento e educação (Keila).*
>
> *Eu venho superando muitas coisas, a vida toda, e a minha vida é isso, não vou falar que as marcas não ficaram, mas eu consigo lidar com elas e o meu psicológico sem tanto sofrimento (Sonia).*
>
> *Basta termos fé, ter confiança em Deus e querer mudar [...]. Assim eu me sinto bem atenta, tenho muita gratidão por todas as pessoas que conheci, e assim mesmo ter vivido todas essas emoções, eu sou muito agradecida à turma da pastoral, por ter conhecido Deus e me encontrado (Veridiana).*

Parte delas referiu sentir-se orgulhosa de como é hoje e enumerou conselhos para outras mulheres que estejam enfrentando a mesma situação.

> *Eu me sinto orgulhosa da mulher que sou hoje e de tudo que aprendi e vi lá dentro, eu não desejo isso para ninguém (Sonia).*
>
> *[...] porque graças a Deus ali eu mudei minha vida e consegui uma profissão que sou muito feliz (Veridiana).*
>
> *Agora estou tendo a oportunidade de recomeçar, e voltar a ser uma pessoa feliz e tenho muito amor no meu coração [...]Eu estou começando minha vida de novo e a esperança de que tudo vai ficar bem. Como eu já disse eu acredito na recuperação, e que todo mundo é capaz [...]. E eu só fui transformada quando tive conhecimento da minha própria vida [...]Então o que falo para as outras pessoas, é seguir um caminho certo, e buscar conhecimento e educação (Keila).*

> *[Conselho]você entrou, você vai ter que pagar sua sentença, mesmo você sabendo que aquilo ali foi por um momento de vício, um momento de dor, um momento de medo, um momento de dor (Marta).*

Ademais, uma das principais prioridades trazidas pelas participantes estava relacionada ao processo de autoaceitação como caminho para a mudança. Foram destacadas a valorização e importância da família e do matrimônio, que foi descrito como a base para a retomada de suas vidas.

> *Eu estou começando minha vida de novo e a esperança de que tudo vai ficar bem. Como eu já disse eu acredito na recuperação, e que todo mundo é capaz [...]. E eu só fui transformada quando tive conhecimento da minha própria vida [...]então o que falo para as outras pessoas, é seguir um caminho certo, e buscar conhecimento e educação (Keila).*
>
> *Hoje por eu ser casada eu tenho outra visão sobre o que é ser família [...]. Embora não consiga naquele momento que queria, tenho que lutar e continuar lutando, assim como fiz e venho fazendo (Veridiana).*
>
> *Ah, é importante agora é que eu posso colocar em prática, por tudo o que eu passei eu mudei bastante (Marta).*

O apoio social foi tema recorrente nas diferentes fases do ciclo de vida do relato das participantes. Identificou-se a família como principal provedor de diferentes formas de apoio, sobretudo emocional e material.

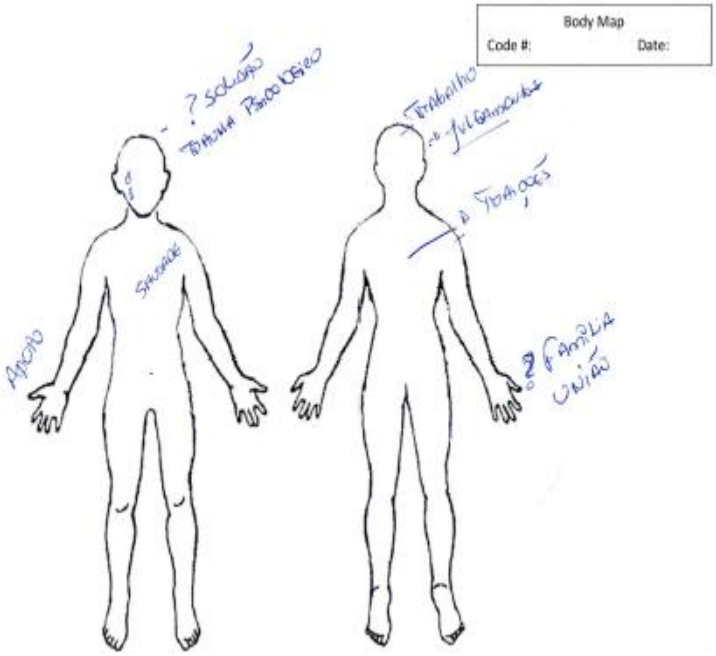
> *A todo momento que um precisa de uma coisa e o outro precisa de outra coisa, a gente sempre tenta se ajudar, toda família tem problema, mas a gente sempre tenta um ajudar o outro da melhor maneira possível, então para mim a maior dificuldade que tive foi ficar longe da minha família (Veridiana).*
>
> *Eu me espelho neles (pais, filhos e tios), tipo se eu preciso de alguma coisa em casa, eu busco nos meus tios, eu busco no meu pai, busco nos meus primos, busco também na Silvia (amiga), acho que ela merece estar aqui, busco muito nela também, porque ela me ajuda muito. Então eu me espelho nas pessoas que me amam, não nas pessoas que não prestam (Marta).*
>
> *Então tive ajuda da minha madrinha, da minha filha para pensar nela e querer estar com ela foi, nossa muito maravilhoso (Sonia).*
>
> *Daí para lidar com tudo que estava acontecendo, eu fiz muitas amizades, fiz muitas, então o que talvez a minha família não tenha feito por mim, a família das minhas colegas fazia, eu sempre tive esse lado de reconhecer (Keila).*

O apoio espiritual e as ações da igreja assumiram papel importante na trajetória destas mulheres. Apesar disso, várias mulheres referiram não perceber nenhum apoiador em seu entorno social.

> *E a ajuda psicológica e os cultos que tinham lá dentro da igreja com o pastor. Sem eles eu não ia conseguir, não mesmo, a ajuda deles foi sem explicação, sou agradecida demais, demais mesmo.[...] Então é muito gratificante sabe, saber que existem pessoas ali que não olham a gente, não pelo que a gente fez, mas sim pelo coração da gente, porque às vezes a aparência se enganam, então foi, então foi muito assim, gratificante demais, que hoje em dia eu*

> *agradeço profundamente, eu agradeço muito a equipe dele [do pastor da igreja] que muito ajudou e acolheu demais (Sonia).*
>
> *E só assim eu consegui seguir, mas foi Deus e depois todo o apoio que eu tive, então assim foi Deus e a minha família (Veridiana).*
>
> *Até meus amigos, que se diziam serem seus amigos, se afastaram de mim, e aquilo no mental ficou perturbando muito tempo na minha cabeça (Marta).*
>
> *Eu não tenho (apoio), não existe, eu estou sozinha, o meu dia a dia é sozinha, entendeu, eu e eu. Se eu tiver que chorar e lembrar, entendeu, é sozinha (Angélica).*

Figura 7 – Mapa do corpo da participante Angélica



Fonte: elaborado pela participante Angélica, coletado nas entrevistas conduzidas pela autora, 2020.

Uma das participantes descreveu no seu mapa corporal (figura 6) ao lado da mão esquerda do corpo, de frente, "*apoio*", e na mão direita do corpo visto de costas escreveu "*família união*". Colocou um ponto de interrogação próximo a palavra família e referiu que a família fala de união, mas não é tão unida assim. No mapa do corpo de frente desenhou uma lagrimas no rosto e escreveu "*solidão trauma psicológico*". Colocou um ponto de interrogação, se referindo ao período em que esteve no cárcere. No peito descreveu "*saudades*". No mapa do corpo de costas, próximo a cabeça descreveu "*Trabalho*" e com uma seta escreveu "*Julgamento*". Por fim, próximo ao peito colocou uma seta e descreveu "*traições*", referindo-se aos amigos e familiares.

8 DISCUSSÃO

Implicações das características sociodemográficas

O levantamento do INFOPEN (2017), mostrou que a faixa etária da população encarcerada no Brasil é composta por jovens entre 18 e 29 anos, considerando que 29,9% têm entre 18 e 24 anos, seguido de 24,1% entre 25 e 29 anos, a soma de presos até os 29 anos de idade corresponde a 54% da população carcerária. Considerando que as participantes do presente estudo são egressas do sistema prisional e conforme apresentado nos resultados elas tinham entre 30 e 37 anos e foram privadas de liberdade enquanto jovens, esses dados evidenciam que o encarceramento no Brasil segue crescente, e vem atingindo uma população que é economicamente ativa e que necessita de investimentos tanto na educação quanto no trabalho.

No tocante à relação entre idade e criminalidade, considerando que o tempo de encarceramento das participantes variou entre quatro meses e 12 anos, os resultados sobre as marcas físicas, emocionais e subjetivas enfatizam que diversos problemas emocionais e sociais tiveram origem antes mesmo do encarceramento, corroborando variados estudos prévios que ressaltam a questão do ciclo de vulnerabilidades e pobreza característico da classe trabalhadora, sobretudo nos países baixa e média renda (BROWN et al., 2015; LIMA et al., 2013; MELLO, 2008).

Além disso, outro aspecto importante associado ao encarceramento feminino de mulheres jovens é o controle dos corpos femininos, por ficarem um longo período presas em idade reprodutiva. O controle de natalidade ocorre de forma arbitrária, pois, alguns estudos prévios têm destacado que para as mulheres as visitas íntimas muitas vezes não são permitidas ou quando são permitidas tais mulheres passam por situações de hostilidade e humilhação pelos agentes de segurança. Além disso há muitos casos de abandono dos parceiros sexuais (marido ou namorado) (JONES et al., 2018; BORGES, 2017; LIMA et al., 2013).

De acordo com os dados do INFOPEN Mulheres (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA..., 2017), sobre o quesito raça/cor no Brasil, a maioria das mulheres privadas de liberdade se autodeclarou parda, seguido de 35,59% brancas e 15,51% pretas. Desse modo, mulheres pretas ou pardas representam 63,55% da população carcerária feminina nacional. Esses dados contribuem para evidenciar que um dos aspectos que marcam as mulheres privadas de liberdade no Brasil consiste no quesito raça/cor, indo de encontro com as participantes desse estudo, no qual apenas uma das participantes se autodeclarou branca.

Além do quesito raça/cor, Santos et al. (2017) destaca, em relação ao perfil das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, que a maioria de seus crimes estão associados a delitos não violentos, conforme é possível identificar também nas participantes deste estudo. É importante ressaltar que as prisões brasileiras reproduzem violências estruturais características das instituições, ou seja, existe uma condenação social das mulheres negras ao não serem identificadas com os padrões da 'mulher universal' e, com isso, quando já foram ou ainda são privadas de liberdade, elas sofrem dupla condenação: judicial e de gênero (SANTOS; SILVA, 2019).

No que tange ao racismo institucional, conforme descreve Almeida (2018, p. 30)

> as instituições apresentam um papel importante em regulamentar regras e padrões que, contribui para o processo de controle social dos sujeitos, isto é, as instituições têm o papel na determinação dos modos de pensar, de sentir, dos comportamentos e das preferências e percepções. As relações de poder decorrem de conflitos e disputas entre grupos que buscam manter o controle da instituição.

Desse modo, ao compreender que o racismo funciona como uma tecnologia de manutenção socioeconômica de um determinado grupo social, a problemática associada ao encarceramento de jovens negras, periféricas e de baixa escolaridade, se configura como uma questão em que é necessário o investimento em políticas públicas, uma vez que esse ciclo se mantém, se configurando como um determinante social com relação aos acessos e oportunidades das mulheres após a experiência do cárcere.

Quanto à escolaridade, apenas uma participante tinha ensino fundamental incompleto, duas ensino médio completo, e duas fundamental completo. Esses dados ilustram, de certo modo, a realidade da população prisional brasileira, ressaltando problemas sociais e estruturais graves. De acordo com os dados do INFOPEN Mulheres (MINISTÉRIO DE JUSTIÇA..., 2017), no que concerne ao grau de escolarização da população feminina privada de liberdade brasileira, 44,42% tem o ensino fundamental incompleto, seguido de 14,48% com ensino médio completo, e 13,49% com ensino fundamental completo.

O nível de escolarização se configura como um problema social associado às diversas vulnerabilidades que atravessam o histórico de vida das mulheres que estão e/ou já foram privadas de liberdade. Contudo, é importante ressaltar que os baixos níveis de escolaridade potencializam a possibilidade de que essas mulheres sejam incluídas em trabalhos subalternos e, em alguns casos, em condições análogas à precarização do trabalho, mantendo um ciclo recorrente de dificuldades sociais, econômicas e emocionais (SANTOS et al. 2017; GERMANO; MONTEIRO; LIBERATO, 2018; TANJA et al., 2018).

Dentre os resultados apresentados, no que tange às vulnerabilidades sociais, elas estão associadas a um histórico pregresso que se agrava devido ao período do encarceramento. Assim sendo, conforme estudos prévios desenvolvidos com mulheres privadas de liberdades (JONES et al., 2018; CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016; DOTTA-PANICHI et al., 2015; NACHER et al., 2018), identifica-se uma ênfase sobre as adversidades oriundas da infância e outras experiências traumáticas. Isto é, os dados encontrados na literatura vão de encontro com os apresentados nesse estudo, no qual é possível identificar situações de extrema vulnerabilidade social e econômica, bem como os aspectos associados ao processo de escolarização e acessibilidade.

Para Germano, Monteiro e Liberato (2018) os dados associados a exclusão escolar revelam uma diminuição das oportunidades do trabalho formal antes do encarceramento, que se mantém durante o cumprimento da pena ao considerar as condições precárias das instituições prisionais.

A pobreza, o cárcere e seus desdobramentos

A pobreza no Brasil se caracteriza em bases históricas que foram consolidadas através de uma construção cultural do processo de criminalização da pobreza e do pobre na sociedade. Entende-se que as questões sociais estão emolduradas por um viés advindo das contradições da relação capital *versus* trabalho da sociedade capitalista. Deste modo, é importante destacar que as desigualdades sociais desencadeiam experiências adversas nas populações mais vulneráveis, que apresentam dificuldades em acessos que são garantidos pela constituição (como moradia, educação, seguridade social), sendo uma situação vivenciada por muitos brasileiros (VALENTE, 2019; BRASIL, 2017).

Para Valente (2019), é necessário refletir sobre o cenário da pobreza e a sua constituição sócio-histórica, considerando o papel das classes trabalhadoras na conjuntura social e econômica do Brasil. Outra questão importante é reconhecer que a criminalização da pobreza, fenômeno crescente no Brasil, caracteriza-se também por um processo de feminilização da pobreza, diretamente associado ao encarceramento feminino (VALENTE, 2019).

Neste sentindo, conforme ressaltam Germano, Monteiro e Liberato (2018), a pobreza ocorre de forma transversal e está relacionada a fatores como a localização, o território, e sobretudo, pelas questões associadas ao gênero e raça. Tal fato se caracteriza como um fenômeno recorrente na América Latina. Diante desse cenário, as dificuldades das mulheres de reinserção no mercado formal de trabalho resultam numa inclusão precária de atividades informais e longas jornadas de trabalho. Ao considerarmos as participantes deste estudo, é possível identificar em seus

relatos que as situações de violência familiar, abuso sexual, dificuldades emocionais e econômicas, agravaram ainda mais as experiências negativas vivenciadas por elas durante o aprisionamento.

Grande parte do aumento do número de mulheres privadas de liberdade representa o aprisionamento de mulheres por associação e envolvimento com o tráfico de drogas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA..., 2017). Neste contexto, o encarceramento acontece quando a mulher se responsabiliza por delitos cometidos pelos parceiros, amigos e familiares próximos. Além disso, é importante ressaltar que a Lei de Drogas, 11.343/2006, sancionada após um longo período de negociação, proporcionou algumas mudanças importantes relacionadas à internação compulsória e tratamento, porém evidenciou problemas sociais, econômicos e estruturais, como aumento do encarceramento, genocídio da população preta/parda e periférica, e violência policial (Santos et al., 2017). Os resultados deste estudo evidenciam esses marcadores. É possível perceber no relato das participantes que a privação de liberdade pelo envolvimento com o tráfico de drogas foi uma realidade entre elas. Ou ainda, quando assumiram a corresponsabilidade do delito com o parceiro, no caso de crimes mais graves como o homicídio, por exemplo no relato da participante *Sônia.*

No livro Presos que menstruam, Queiroz (2015) descreve que os sofrimentos das mulheres que já foram privadas de sua liberdade são resultado das suas experiências associadas a subalternidade e opressão que aconteceu antes, durante e depois do cárcere. Para a autora, as narrativas das entrevistas, também revelam uma trajetória de vida que antecede o encarceramento, marcada pela insegurança, dificuldades financeiras, exploração no trabalho, e de oportunidades de acesso à educação, além dos eventos de violência emocional e física, abuso sexual e outras situações que se configuram como uma ameaça à segurança e à saúde dessas mulheres. Tais aspectos também foram apontados no presente estudo.

O estresse, de acordo com Lipp (2005), pode ser considerado como uma resposta mais adaptativa a um evento adverso grave ou continuado, devido à interferência de adaptação. Nesse sentido, as experiências traumáticas, estão relacionadas às mudanças naturais, social ou súbita, como é o caso das mulheres que são retiradas do seu contexto social e privadas de sua liberdade.

Os estudos desenvolvidos por JONES et al., 2018; CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016; DOTTA-PANICHI et al., 2015; NACHER et al., 2018; SANTOS et al., 2017, apresentam uma série de eventos traumáticos que foram associados ao processo de encarceramento feminino e que deixaram impactos físicos e emocionais similares aos das participantes do presente estudo.

Isto é, os relatos enfatizaram situações de extrema vulnerabilidade emocional inerentes às suas trajetórias de vida e que foram agravadas pelo processo de encarceramento.

Tais mudanças provocaram extremo sofrimento emocional e físico nessas mulheres que continuaram a relatar ainda mais situações de vulnerabilidade após a saída da prisão. Dentre as participantes, conforme apontado nos resultados, a experiência do encarceramento deixou marcas subjetivas no seu modo de pensar, agir e sentir como nos estudos prévios (JONES et al., 2018; CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016; DOTTA-PANICHI et al., 2015; NACHER et al., 2018; SANTOS et al., 2017). Um exemplo concreto de trauma foi o medo relatado por uma delas, ao ouvir ruídos semelhantes aos que tinham na prisão.

O termo ‘trauma’, originalmente em grego, significa ferida, que é utilizado para referir-se às consequências no organismo causadas por uma lesão resultante de uma violência externa (CIDADE; ZORNING, 2016).

Segundo os autores (CIDADE; ZORNING, 2016), o conceito de trauma apresenta outras significações que podem ser contrárias e paradoxais que contribuem para a formação do sujeito, a partir de experiências dolorosas que fundamentam o processo da subjetividade e a estruturação da linguagem. Neste sentindo, o trauma pode ser pensado como um acontecimento de eventos positivos e negativos.

Kimmel et al. (2021) ressalta que o transtorno de estresse pós-traumático se caracteriza como um tipo de resposta a um evento extremamente estressante e ameaçador, e pode estar associado a outros tipos de sintomas somáticos, expressões culturais, angústia, luto e ansiedade. Portanto, o trauma não ocorre de forma isolada. É necessária sua correlação com algum evento marcante e subjetivo.

Em suma, entende-se que a experiência dessas mulheres, tanto no cárcere quanto fora dele, revela uma trajetória de vida marcada por vários traumas emocionais, sociais, carências afetivas e conflitos familiares. Desse modo, ao contextualizar os estressores correntes às trajetórias de vida dessas mulheres, identifica-se que além da sua integridade física e emocional já ter sido afetada ao longo de suas vidas a experiência do cárcere e sua condição após sair dele as colocaram num lugar de ainda maior marginalidade. Ou seja, a punição vivenciada por elas antecede e ultrapassa as questões infratoras, se constituindo estruturalmente por meio das relações de gênero, manutenção dos ciclos de pobreza e intensificação da invisibilidade emocional das populações mais pobres.

Para uma pessoa que nunca foi presa, os sentimentos de medo, vazio, frustação, desamparo, tristeza, solidão, desespero, vergonha, nervosismo e arrependimento, referidos pelas participantes, as colocam num lugar de sofrimento muito intenso. É importante ressaltar que tais sentimentos são inerentes à vida humana, porém, não são comuns no nosso dia-dia, pelo fato de que essas emoções representam situações de sofrimento extremo. Ao considerarmos a experiência dessas emoções no contexto prisional, entende-se que a pessoa privada de liberdade vivencia um sofrimento duplo, o primeiro associado ao cárcere e as suas consequências e, num segundo momento, a ausência de apoiadores sociais e atendimento especializado para lidar com essas emoções negativas.

O fato desses sintomas e sentimentos terem sido mencionados pelas participantes, corrobora com alguns estudos prévios (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016; KARATZIAS et al., 2018), que elucidaram a manifestação do estresse pós-traumático ao estudar a saúde mental das mulheres no contexto prisional.

Deste modo, a análise desses sintomas e sentimentos à luz das características sociodemográficas revelam uma situação de vulnerabilidade, que combina aspectos sociais e psíquicos de grande relevância. Com relação à historicidade e ao contexto de vida dessas mulheres, entende-se que tais sintomas e sentimentos contribuem para o aumento da vulnerabilidade e ao desenvolvimento de transtornos mentais.

Embora isoladamente os sentimentos relatados pelas participantes não determine que haja um quadro psiquiátrico, a evidência dessas emoções requer um cuidado e uma contextualização efetiva pois revelam sofrimento expressivo e que requer um manejo adequado sobretudo considerando as demais vulnerabilidades identificadas no relato de suas trajetórias de vida.

De acordo com Gaino et al. (2019), as demandas de saúde da mulher tendem a ser mais negligenciadas e, por essa razão, o risco de desenvolver depressão é considerado maior. Assim ao vivenciar sentimentos negativos fora do contexto prisional, a busca por ajuda se torna mais acessível, no qual os espaços de escuta qualificada proporcionam um caráter acolhedor e compreensivo para a população, principalmente para as mulheres.

Deste modo, é importante ressaltar que um ambiente seguro e digno é direito que deve ser garantido pelo Estado às pessoas presas, no entanto, a falta de investimento em políticas públicas desencadeia uma série de problemas agravados pelo encarceramento em massa, dificultando o processo de ressocialização da população privada de liberdade. Favilli e Amarante (2018), enfatizam a importância em garantir o direito de a mulher encarcerada ser

tratada de forma digna e humanizada durante o cumprimento de sua pena. Logo, o ambiente hostil, descrito pelas participantes e marcado pela infraestrutura precária, a superlotação, a negligência emocional e o abandono se contrapõem a esse direito e corroboram com inúmeros estudos prévios (SANTOS et al., 2017; CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016).

O Código Penal prevê que quem comete um crime deve cumprir uma pena, que pode ser o aprisionamento, o pagamento de uma multa e/ou realização serviços na comunidade. O aprisionamento visa a privação de liberdade, na restrição do direito de ir e vir. No entanto, pelo relato das mulheres entrevistadas, além da privação de ir e vir, está sendo negado: o direito ao acolhimento das emoções negativas; o direito à integridade física, devido à violência e abuso de autoridade, além do desrespeito à integridade moral, que se constitui com a violação da pessoa humana; o direito a um local adequado e sem superlotação, à uma ambiência e estrutura digna.

Entende-se que esse tipo de punição não está previsto no Código Penal, e efetivamente vão na contramão da viabilização de um efetivo processo de ressocialização. Os sentimentos de culpa e arrependimento relatados pelas participantes, podem ser considerados, por um lado, como uma autopunição, pois essas mulheres, por vezes, justificavam que a experiência do cárcere era uma consequência de seus comportamentos e uma forma de se tornarem melhores. Neste sentido, a autopunição estava associada ao ‘perdão’ da família e à ‘salvação divina’. No entanto cabe refletir que os problemas acerca da punição de todas as ordens implicam nas negligências associadas aos direitos fundamentais dessas mulheres.

Assim, os sentimentos mencionados pelas participantes correspondentes ao período que estavam no contexto prisional suscitam a reflexão sobre uma certa invisibilidade emocional experienciada por essas mulheres desde a tenra infância, e que se intensifica no cárcere. Ao considerarmos que a redução do bem-estar resulta no aumento de sentimentos negativos e a piora da saúde mental da população encarcerada, entende-se que a manutenção dessa estrutura penal e punitivista colabora para a instabilidade e invisibilidade emocional, que é recorrente no sistema prisional (NOSRATI; MARMOT, 2019).

As implicações emocionais relacionadas na vida das mulheres encarceradas e das que nunca vivenciaram o cárcere acontecem de formas diferentes, pois a garantia e a efetividade do direito entre as privadas de liberdade e as que não vivenciaram o cárcere acontece de forma distinta e os constructos sociais estão marcados pela invisibilidade, pelas questões de gênero e raça e sobretudo pelo processo de anulação da existência.

Tais aspectos são semelhantes ao processo de invisibilidade e/ou apagamento quando associados a situações de extrema pobreza e/ou vulnerabilidade social, isto é, o cotidiano difícil, não permite olhar para questões emocionais. O contexto social interfere diretamente nos lugares ocupados pela população menos favorecida, sobretudo as mulheres. As desigualdades apresentam um recorte de gênero e raça: ser mulher e, mais ainda, negra, representa uma categoria onde o processo de existência corresponde a um não olhar para os seus sentimentos e emoções. Neste sentido, entende-se que essas mulheres, primeiramente cuidam da família, filhos, comunidade e depois de si próprias. A busca pelo cuidado deve acontecer através de um acolhimento voltado para o entendimento desse contexto, pois em muitos casos, a responsabilização recai sobre o indivíduo.

A anulação desses sentimentos e emoções potencializa o risco para o desencadeamento de transtornos mentais e depressão (GAINO et al., 2019). Necessário se faz, portanto, ampliar o olhar sobre tais questões de modo que a compreensão sobre as emoções negativas tenha um lugar de cuidado adequado. Isto é, acolher a partir de uma perspectiva que contextualize como o sofrimento foi causado, remete a olhar sobre os contextos de negação de direitos e violência múltiplas que essas mulheres foram inseridas. Esse olhar nos convida a questionar quais são os modelos associados ao cuidado de saúde mental direcionado às mulheres, sobretudo as que estão encarceradas? Quais as consequências relacionadas à precarização dos serviços de saúde mental e a sua implicação na população privada de liberdade? Tais questões são importantes, para refletir sobre os tipos de cuidado que são oferecidos, e para além disso, sobre qual é o perfil profissional que acolhe e faz o serviço acontecer.

Em suma, pode se considerar que o cárcere representa, também uma espécie de tortura social, a qual anula e provoca invisibilidade do sentir e existir. Contudo a pobreza, o racismo, o Estado punitivista, contribuem diretamente para as questões vivenciadas por essas mulheres. Embora existam diretrizes que preveem o cuidado à população privada de liberdade, em especial às mulheres (NOSRATI; MARMOT, 2019, SCHULTZ et al., 2017**),** colocar em prática propostas efetivas de atendimento e cuidado para essa população não representa um interesse por parte do Estado, a se pensar que o entendimento é de que o melhor modelo é encarcerar.

A regulamentação do direito à saúde é uma premissa importante para garantia de direitos humanos, principalmente da população privada de liberdade. Ao reconhecer que o sofrimento vivenciado no cárcere atravessou suas trajetórias de vida, permite compreender que existe ali uma dupla punição, sobre o viés de gênero e psicossocial.

Numa perspectiva mais ampla, algumas discussões acerca do sistema prisional, contribuem para questionar o modelo de ressocialização vigente na maioria das unidades prisionais brasileiras, a despeito disso, destacam-se os problemas mais referidos como a superlotação, a violência, as condições de insalubridade, a violação de direitos humanos, e posteriormente, a falta de apoio para a sua reinserção social após o cumprimento da pena. Assim sendo, ao pensar sobre os modelos de ressocialização e reinserção, compreende-se as condições em que muitas mulheres são inseridas durante o encarceramento e posteriormente a ele. A invisibilidade de suas experiências psicossociais atravessa suas histórias de vida deixando marcas que se expressam, por exemplo, em sintomas de transtorno de estresse pós-traumático e outras para as quais elas mesmas não conseguem nomear.

Uma outra especificidade do encarceramento de mulheres em detrimento dos homens é a questão da maternidade. Estudos prévios (RIBEIRO; DEUS, 2017; CRUCES, 2016; ARMELIN; 2010), apontam o papel dessas mulheres na manutenção de seus lares e que, ao serem encarceradas, são retiradas desse lugar de cuidadora. Em alguns casos, o sofrimento materno e dos filhos são agravados pelas dificuldades socioeconômicas que atravessam a história de vida dessas mulheres e seus familiares, implicando em enorme carga de sofrimento e culpa à maioria delas.

Para Santos e Silva (2019), o distanciamento dos filhos corresponde a uma forma de punir a mulher que não performa comportamentos de obediência e docilidade, e que, no meio social, essa situação se inscreve culturalmente tão indispensável quanto a privação de liberdade. A punição reverbera de formas diferentes no processo de ressocialização dessa mulher, no qual ela vivencia a ausência dos filhos como também uma forma de autopunição. Assim sendo, as mães encarceradas vivenciam uma punição dupla, e as consequências decorrentes do cárcere, afetam tanto essa mãe como também seus filhos. Tais pontos corroboram aos resultados encontrados neste estudo, em que as participantes associam o estresse vivido no cárcere como uma situação de vulnerabilidade emocional e afetiva.

Outro efeito decorrente do encarceramento feminino é o abandono da família dessas mulheres, sendo possível perceber que o abandono nas prisões acontece mais frequentemente quando o gênero é feminino. Neste sentido, entende-se que quando a mulher é encarcerada, o rompimento familiar acontece, pois ela representa, em muitos casos, o papel de cuidadora e a responsável pela manutenção de seus filhos, pais e casas. Segundo Cerneka (2009), não se pode considerar somente o momento da prisão preventiva ou o delito da mulher, é importante considerar que

ela pertence a uma família e as decisões judiciais afetam e trazem consequências diretas a todos os familiares.

Assim ao considerar que o abandono familiar representa uma experiência a ser vivida pelas mulheres que já foram ou ainda estão encarceradas, depreende-se que ao estarem numa situação de extrema vulnerabilidade emocional e mudança de ambiente, a convivência com outras pessoas num espaço consideravelmente pequeno acarreta situações de violência, como descrita pela participante Marta, a superlotação, apontada pela participante Sônia, e sofrimento por todas as participantes.

A condição de egressa, resiliência e futuro

A crise de saúde pública provocada pelo COVID-19 culminou por agravar situações de vulnerabilidade social e econômica, conforme o relato das participantes, que enfatizaram situações de estigma, preconceito e ainda maior dificuldade em arrumar trabalho após a saída do cárcere, mesmo antes da pandemia. Tal circunstância reflete também uma realidade da classe trabalhadora, que por vezes é negligenciada pelo Estado com a ausência de políticas públicas eficientes e a precarização do trabalho, indo de encontro com uma agenda neoliberal implementada no Brasil desde o início dos anos 1990, estando ainda em curso, afetando majoritariamente a classe trabalhadora.

No tocante ao estigma, cabe ressaltar que a mulher privada de liberdade e/ou egressa do sistema carcerário carrega um estigma associado a prisão, neste sentido, Lubanco (2019) menciona que o estigma de presidiária acontece duplamente: uma em decorrência do Estado, e outra pela reprovação social, que não espera das mulheres comportamentos desviantes, o que é possível perceber nos relatos das participantes sobre a punição social e que potencializa as dificuldades delas de arrumarem trabalho e serem inseridas na sociedade.

Ao longo deste estudo, foram levantadas discussões e reflexões acerca do encarceramento e do quanto as experiências vivenciadas no contexto prisional contribuíram para extremo sofrimento físico e mental. Tais questões requerem estratégias de enfretamento que transcendam as redes de apoio, as relações familiares. Considerando como o encarceramento reflete na vida da população prisional, é necessário refletir sobre o que são projetos de vida e qual é o seu papel no processo de reinserção social.

Observou-se que as emoções positivas estiveram fortemente presentes no discurso das participantes em relação às suas trajetórias de vida, de certo modo, se sobrepujando os

estressores. Nesse caso, cabe o questionamento se esse fato ocorreu por serem egressas, isto é, por não estarem mais privadas de liberdade, ou se, de certo modo, reflete um efeito de resolução da experiência proporcionada pelo processo de desenvolvimento e desfecho da CENI. De todo modo, esse fato dá nuances de um processo resiliente, mas tais questionamentos são de suma importância e devem ser considerados em estudos futuros.

Durante as entrevistas, as participantes relataram o papel da religiosidade/espiritualidade, como importantes para as estratégias de enfretamento ao cárcere e provisão de suporte emocional. Vale ressaltar que tais estratégias representam um caráter transformador nas pessoas e com repercussões importantes na saúde mental. Neste sentido, entende-se que a espiritualidade tem sido utilizada como uma estratégia de cuidado e prevenção ao adoecimento psíquico das pessoas em privação de liberdade e/ou egressas do sistema prisional com repercussões positivas conforme relatado pelas participantes.

Um dos estudos mais relevantes sobre espiritualidade de egressas do sistema prisional é datado de 2015. No estudo, Moraes (2015) verifica o perfil de saúde mental e a relação entre religião e religiosidade. Os resultados mostraram que as participantes referiam a religião e religiosidade como ferramentas de enfrentamento ao cárcere e como um dos responsáveis para os seus processos de mudança. Assim sendo, entende-se que *coping* religioso é considerado uma importante ferramenta no processo de reinserção social. Desse modo, a relação entre a espiritualidade e os projetos de vida, ganham um destaque muito importante para essas mulheres, quando entendem a relevância de reconstruir suas histórias, e construir projetos de vida, de forma autônoma e emancipatória

A esperança e a gratidão foram emoções muito presentes nos relatos das participantes, o que pode ser compreendido como sentimentos relevantes ao considerar que suas trajetórias de vida foram fortemente marcadas por experiências adversas (ANTONIAZZI et al., 1998). As emoções positivas que foram muito presentes no discurso das participantes em relação às suas trajetórias de vida, sobretudo, enquanto egressas do sistema prisional, foi um dado muito importante, acerca do seu processo na prisão e reinserção social.

Outro dado importante foram os apoiadores sociais mencionados (familiar, emocional, espiritual). Entende-se o fato de conseguirem perceber apoiadores em seu entorno social, também revela, de certo modo, um perfil resiliente e que as colocam num lugar de pertencimento, embora o mesmo não aconteceu com as participantes Marta e Angélica, denotando as particularidades que permeiam as histórias de vida, mesmo em grupos com características e experiências muito semelhantes.

O uso da técnica CENI no estudo com egressas do sistema prisional brasileiro

Conforme descrito anteriormente, a técnica CENI consiste em uma ferramenta desenvolvida pela pesquisadora estrangeira Denise Saint Arnault, especificamente para o desenvolvimento de pesquisas qualitativas sobre fenômenos potencialmente traumáticos vivenciado por mulheres, técnica ainda não utilizada no Brasil.

Entende-se, portanto, que a presente reflexão possibilitará aos leitores desta tese, oriundos de diferentes audiências, conhecer sua aplicabilidade bem como compreender seu potencial, além de auxiliar na tomada de decisão sobre o seu uso em estudos futuros.

A técnica facilita o processo de entrevista ao partir de questões mais gerais, isto é, não diretamente focadas no fenômeno traumático no primeiro momento. O roteiro proposto parte de questões sobre a comunidade, relações familiares e como o participante se percebe na comunidade onde vive. Além disso, a entrevista intercala as narrativas com ferramentas visuais como o mapa de rede, o mapa corporal e a linha da vida proporcionando um ambiente mais leve e de certo modo evocando o lúdico mesmo na abordagem de um tema mais doloroso para a participante.

O desafio principal na operacionalização da técnica com as participantes do presente estudo foi a etapa do *Card Sort*. Um dos fatores associados a esse processo foi a dificuldade de explicitar às participantes a finalidade do uso de cartões de sentimentos e emoções (mesmo havendo uma explicitação no próprio roteiro, a translação dessa informação para o público estudado foi relativamente difícil), e pelo grande volume de cartões a serem explorados em um curto espaço de tempo.

O C*ard Sort* consiste num agrupamento de cartas com emoções e sentimentos. Com ele é possível identificar e ampliar um repertório verbal sobre os sentimentos físicos e emocionais. No entanto, ao utilizar essa técnica com o grupo de mulheres estudadas, a utilização da etapa referente aos cartões proporcionou uma repetição de sintomas e sentimentos que foram identificados nas etapas anteriores.

Vale ressaltar que, adicionalmente ao roteiro proposto, foi apresentada às participantes uma questão, a saber "*considerando a experiência do cárcere, descreva quais foram as principais dificuldades/tensões vivenciadas na prisão e como elas estão presentes na sua trajetória de vida?*". Durante as entrevistas piloto empreendidas com 10 participantes do grupo de estudado, identificou-se a necessidade de uma questão que sintetizasse o objetivo do estudo pra melhor

identificar a participante acerca do fenômeno a ser explorado nas estratégias propostas pela CENI. As demais etapas da técnica CENI foram seguidas na íntegra.

Em relação aos termos utilizados na tradução do roteiro (tradução da autora da técnica), identificou-se a necessidade de modificação de alguns termos empregados: *card sort* para ‘cartões de sentimentos’; *mapa do corpo* para ‘desenho do corpo’; *mapa de rede* para ‘pessoas próximas’; e *mental e espiritual* para ‘crenças’, visando facilitar o entendimento às participantes.

Apesar disso, a técnica se mostrou muito potente para estudos sobre eventos estressores, trajetórias de vida e saúde que tenham interesse em explorar as emoções e sentimentos dos participantes de um modo sensível, acolhedor e não invasivo.

Portanto, a técnica é fortemente recomendada para estudos com populações em situação de vulnerabilidade social e emocional, pois apresenta um grande potencial metodológico para erigir dados úteis para a elaboração de estratégias de promoção da saúde mental, por qualificar a narrativa construída pelas participantes em vários níveis, a partir da representação visual e da fala, acessando as questões de ordem emocional, social e física.

Em suma, o grande potencial da técnica está em possibilitar às participantes a compreensão de sua a trajetória de vida, a partir de eventos marcantes, e como um *continuum* de experiências desafiadoras, mas positivas. Assim, a partir das questões do roteiro proposto, muitas participantes, além de trazerem relatos pessoais, conseguiram pensar sobre o impacto vivido nas prisões sobre suas vidas. Além disso, tinham uma opinião sobre o encarceramento e a influência da sociedade na manutenção do preconceito e da dificuldade encontrada por muitas para estarem novamente inserida na sociedade, enfatizando aspectos culturais importantes inclusive para a ressignificação do fenômeno.

De modo geral, a CENI, permite uma entrevista fluida e consistente sobre as questões socioemocionais das participantes, o que faz necessário a atenção de quem conduz a pesquisa, uma vez que todas as questões devem estar permeadas pela sensibilidade do pesquisador em relação às particularidades de cada participante, bem como a possibilidade de autoconhecimento diante das situações vivenciadas. É possível pensar no tempo destinado à aplicação da CENI como um aspecto pouco favorável. Sua otimização daria condições para aplicação em grupo. Além disso, o uso de alguns termos deve ser ajustado, facilitando a comunicação com as pessoas participantes.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo contextualizar os principais estressores às trajetórias de vida de mulheres egressas do sistema prisional. Identificou-se que as mulheres foram aprisionadas em idade produtiva e reprodutiva, e permaneceram no cárcere de quatro meses a 12 anos de prisão.

Em termos de marcadores sociais foram destacados aspectos relacionados ao quesito raça/cor, à baixa escolaridade, à condição de pobreza e vários tipos de adversidades vivenciadas na infância. Esses fatores foram contextualizados à desigualdade de gênero, que se constitui em um aspecto marcante da sociedade brasileira.

O período vivenciado no cárcere foi descrito, pelas participantes do estudo, como permeado por episódios traumáticos decorrentes de um ambiente hostil e violento, bem como por sentimentos que remetem a situações de terror e extrema solidão emoldurados por um ambiente com precárias condições de infraestrutura, superlotado e invisível às suas emoções.

Adicionalmente, o aprisionamento culminou no distanciamento de seus filhos e abandono familiar, que ocorreu no caso de algumas delas pelas precárias condições financeiras, e de outras por julgamentos e conflitos relacionados à sua condição.

Na qualidade de egressas, a precarização do trabalho e o estigma foram importantes estressores apontados, mas a despeito de todas as experiências de sofrimento, condições de vulnerabilidade e até mesmo do objeto do presente estudo ser os estressores, a narrativa dessas mulheres foi permeada por palavras que denotam sentimentos de esperança e superação, e por inúmeras menções a apoiadores sociais, com destaque para aqueles relacionados a sua espiritualidade e religiosidade, que parecem ter sido decisivos para que elas ressignificassem seus papéis e identidade e estabelecessem projetos de vida. Nesse sentido o casamento, a constituição de família e a educação foram indicadores ressaltados como conquistas atuais importantes, apesar do estigma e das dificuldades de consolidação de uma reinserção social mais efetiva.

Um trabalho acadêmico apresenta algumas limitações que apontam caminhos diferentes a serem trilhados no futuro. Nesse trabalho, identificamos algumas dessas limitações a se considerar. Uma delas foi a pandemia do COVID-19, que provocou mudanças estruturais e econômicas na sociedade, bem como mudanças nos aspectos relacionados a saúde e bem-estar. A pandemia do COVID-19 foi um dos principais desafios encontrados na etapa de desenvolvimento deste estudo, dada a necessidade de adaptação do projeto de pesquisa para

que houvesse condições de desenvolvimento em tempo hábil. A segunda limitação diz respeito a estudos acerca do encarceramento feminino, com o viés das mulheres que já foram privadas de liberdade.

No entanto, esse estudo possibilitou uma compreensão árdua, acerca das experiências de vida das participantes, bem como levou-se em consideração todas as adversidades apresentas por elas ao logo de suas vidas.

Ao considerarmos que, tanto as experiências que antecederam ao cárcere, quanto as vivências durante e posterior a ele, foram marcadores importantes em suas trajetórias, entende-se que, além desses fatores, é importante considerarmos que tais aspectos estão relacionados também aos eventos estressantes particulares de cada uma delas, e que não se limitam apenas ao período do cárcere, elas estão associadas ao estigma, adversidades na infância, condições precárias no cárcere, dificuldade de convivência e ausência de apoiadores sociais.

Apresentar um olhar ampliado sobre as mulheres que já foram privadas de liberdade, permitiu compreender que muitas de suas experiências atravessam suas trajetórias em diferentes pontos do ciclo de vida. A prisão não é o fim, mas faz parte de um projeto político e social, que é retroalimentado e sustentado pela marginalização dos corpos femininos e suas emoções, que são invisibilizados pela pobreza e pela hostilidade do sistema.

Os resultados mostraram que a manutenção das redes de apoio das participantes representa a família, a igreja e os relacionamentos pessoais. Mesmo assim, há de se observar as dificuldades no processo de reinserção social, de modo que a maioria dessa rede exerce o papel mantenedor financeiro, afetivo e emocional.

O estudo apresenta dados relevantes, como a relação do estresse nas mulheres serem anteriores ao período do cárcere, e que foram agravados pelas experiências vividas. Isto é, ressaltamos a experiência de vida, como um aspecto importante para a compreensão de suas vulnerabilidades socioemocionais e afetivas.

Além disso o desfecho positivo de narrativas tão dolorosas aponta a potência da técnica CENI como estratégia de coleta de dados de forma sensível e acolhedora, oportunizando ampliação do repertório de palavras para expressão dos sentimentos, visualização da experiência dolorosa como parte de um processo de vida mais amplo, e o convite para o vislumbre do futuro pautado em projetos de vida.

Em suma, consideramos que este estudo tem papel importante para reconhecermos as limitações encontradas nas instituições prisionais, e do quanto o modelo de ressocialização

negligencia a população atendida, ao negar direitos básicos relacionados ao bem-estar social e enfrentamento da pena. Vale ressaltar que a punição reverbera uma característica das instituições brasileiras, onde representa uma forma de correção social de forma coercitiva.

Entendemos a importância e incentivamos o desenvolvimento de mais estudos acerca desta população e, com isso, investigar a relação entre as iniquidades em saúde, associadas a mulheres egressas do cárcere. Vale ressaltar que a continuidade nesses estudos, se constitui como um olhar para os problemas associados a ele e sugerir estratégias de enfrentamento e, com isso, reduzir os problemas associados ao cárcere.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. P. Repercussões da violência na construção da identidade feminina da mulher presa: um estudo de caso. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 604-619, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n4/v26n4a08.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D.R. O conceito de coping: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 2, n. 2, p. 273-294, 1998.

ARMELIN, B. D. F. Filhos do cárcere: estudo sobre as mães que vivem com seus filhos em regime fechado. **Revista da Graduação**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 17 p., ago./dez. 2010. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/7901/5586. Acesso em: 10 maio 2018.

BARANYI, G. *et al*. Prevalence of posttraumatic stress disorder in prisoners. **Epidemiologic Reviews**, Oxford, v. 40, ed. 1, p. 134-145, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1093/epirev/mxx015. Acesso em: 14 de mar. 2020

BECKER, A. *et al*. O cárcere e o abandono: prisão, penalização e relações de gênero. **Revista de Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 141-154, dez. 2016. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1050/764. Acesso em: 12 maio 2018.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** São Paulo: Letramento, 2017.

BOTTA, R. A. A; SANTOS, K. Pesquisa de campo sobre estratégias de coping de mulheres presas em uma casa de detenção de Cacoal - RO. **Jornada Científica da UNESC**, Cocal, n. 1, out. 2016. Disponível em: http://revista.unescnet.br/index.php/jc2016/article/view/390/229. Acesso em: 12 maio 2018.

BROWN, M. J. *et al*. Adverse childhood experiences and intimate partner aggression in the US: sex differences and similarities in psychosocial mediation. **Social Science & Medicine**, Amsterdam, v. 131. p. 48-57, 2015. Disponível em: doi:10.1016/j.socscimed.2015.02.044. Acesso em: 24 maio 2020.

CERNEKA, H. A. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional as especificidades da mulher. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 61-78, jan./jun. 2009. Disponível em: http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/rveredire6&div=7&id=&page=. Acesso em: 23 mar 2018.

CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy (Editorial introduction). **IDS Bulletin**, Amsterdan, v. 37, n. 4, p. 33-40, 2006.

CIDADE, N. O. P.; ZORNIG, S. A. Trauma, temporalidade e inscrição psíquica. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 35, p. 29-47, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952016000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 jun. 2021.

CONSTANTINO, P.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W. The impact of prisons on the mental health of prisoners in the state of Rio de Janeiro, Brazil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2089-2100, jun. 2016. Disponível em: doi:10.1590/1413-81232015217.01222016. Acesso em: 28 maio 2020.

CRUCES, A. V. V. A situação das prisões no Brasil e o trabalho dos psicólogos nessas instituições: uma análise a partir de entrevistas com egressos e reincidentes. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 136-154, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415711X2010000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 abr. 2018.

DOTTA-PANICHI, R. M. *et al*. Serum concentrations of brain-derived neurotrophic factor and mental disorders in imprisoned women. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 113-120, jun. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1516-4446-2014-1421. Acesso em: 24 maio 2020.

FAVILLI, F.; AMARANTE, P. Direitos humanos e saúde mental nas instituições totais punitivas: um estado da arte Itália-Brasil sobre a determinação de mecanismos alternativos à prisão decorrentes às situações de doença mental ou enfermidade. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 151-193, mar. 2018. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/5184/5209>. Acesso em: 18 jun. 2018.

FERSZT, G. G. *et al*. The Impact of a Mindfulness Based Program on Perceived Stress, Anxiety, Depression and Sleep of Incarcerated Women. **International journal of environmental research and public health**, [s. l.], v. 12, n. 9, p. 11594–11607, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph120911594. Acesso em: 14 mar. 2020.

FÜSSEL, H. M. Vulnerability: a generally applicable conceptual framework for climate change research. **Global Environmental Change**, Amsterdan, v. 17, p. 155-167, maio 2007.

GALLOPÍN, C. G. Linkages between vulnerability, resilience, and adptive capacity. **Global Environmental Change**, Amsterdan, v. 16, p. 293-303, 2006.

GAINO, L. V. *et al*. O papel do apoio social no adoecimento psíquico de mulheres. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [*s. l.*], v. 27, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2877.3157. Acesso em: 15 jun. 2021.

GASTALDO, D. *et al*. **Body-Map storytelling as research: methodological considerations for telling the stories of undocumented workers through body mapping**. Toronto: Centre for Support and Social Integration Brazil; Centre for Spanish-Speaking Peoples, 2012. Disponível em: http://www.migrationhealth.ca/undocumented-workers-ontario/body-mapping. Acesso em: 18 jul. 2018.

GERMANO, I. M. P.; MONTEIRO, R. A. F. G.; LIBERATO, M. T. C. Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 38, n. especial 2, p. 27-43, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703000212310. Acesso em: 30 maio 2021.

GOMES, C. M. *et al*. Estresse e risco cardiovascular: intervenção multiprofissional de educação em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília, DF, [*s. l.*], v. 69, n. 2, p. 351- 359, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v69n2/0034-7167-reben-69-02-0351.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

GRANEHEIM, U. H.; LUNDMAN, B. Qualitative content analysis in nursing reserach: concepts, procedures and measures to achieve trustworthiness. **Nurse education today**, [*s. l.*], v. 24, p. 105-112, 2004. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14769454. Acesso em: 26 jul. 2018.

HARNER, H. M. *et al*. Posttraumatic stress disorder in incarcerated women: a call for evidence-based treatment. **Psychological Trauma** [*s. l.*], v. 7, n. 1, p. 58-66, 2015. Disponível em: doi:10.1037/a0032508. Acesso em: 24 maio 2020.

INSTITUTO TERRA TRABALHO E CIDADANIA [ITTC]. **MulhereSemPrisao**: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres. São Paulo: ITTC, 2017. Disponível em: http://mulheresemprisao.org.br. Acesso em: 26 maio 2018.

JONES, M. S. *et al*. Life as she knows it: the effects of adverse childhood experiences on intimate partner violence among women prisoners. **Child Abuse Neglect**, Amsterdam, v. 85, p. 68-79, nov. 2018. Disponível em: doi:10.1016/j.chiabu.2018.08.005. Acesso em: 12 fev. 2020.

KARATZIAS, T. *et al*. Multiple traumatic experiences, post-traumatic stress disorder and offending behaviour in female prisoners. **Criminal Behaviour & Mental Health**, [*s. l.*], v. 28, n. 1, p. 72-84, 2018. Disponível em: doi:10.1002/cbm.2043. Acesso em: 14 de mar. 2020.

KARLSSON, M. E.; ZIELINSKI, M. J. Sexual Victimization and Mental Illness Prevalence Rates Among Incarcerated Women: a literature review. **Trauma Violence Abuse**, [*s. l.*], v. 21, n. 2, p. 326-349, 2020. Disponível em: doi:10.1177/1524838018767933. Acesso em: 28 maio 2020.

LIMA, G. M. B. *et al*. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 446-456, set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a08v37n98.pdf. Acesso em: 02 abr. 2018.

LINK, T. C.; OSER, C. B. The role of Stressful Life Events and Cultural Factors on Criminal Thinking among African American Women involved in the Criminal Justice System. **Criminal Justice and Behaviour**, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 8-30, 2018. Disponível em: doi:10.1177/0093854817736083. Acesso em: 14 mar. 2020.

LIPP, M. E. N.; PEREIRA, M. B.; SADIR, M. A. Crenças irracionais como fontes internas de stress emocional. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 29-34, jun. 2005. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872005000100004. Acesso em: 01 abr. 2018.

MAK, V. W. **Effects of Cognitive-Behavioral Therapy (CBT) and Positive Psychological Intervention (PPI) on female offenders with psychological distress in Hong Kong**. 2016. 177 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – University of Hong Kong, Hong Kong, 2016.

MELLO, D. C. **Quem são as mulheres encarceradas?** 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/647/1/409563.pdf. Acesso em: 30 mar. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: INFOPEN Mulheres. Brasília (DF): MJSP, 2014. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf. Acesso em: 11 jun. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: INFOPEN Mulheres. 2. ed. Brasília (DF): MJSP, 2018. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 12 mai. 2020:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: INFOPEN. Brasília (DF): MJSP, 2016. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 11 jun. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: INFOPEN. Brasília (DF): MJSP, 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 11 jun. 2018.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano nacional de saúde no sistema penitenciário**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf. Acesso em: 09 out. 2020.

NACHER, M. *et al*. High prevalence rates for multiple psychiatric conditions among inmates at French Guiana's correctional facility: diagnostic and demographic factors associated with violent offending and previous incarceration. **BMC psychiatry**, [s. l.] v. 18, [id.] 159, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12888-018-1742-7. Acesso em: 14 mar. 2020.

NOSRATI, E.; MARMOT, M. Punitive social policy: an upstream determinant of health. **The Lancet**, Londres, v. 394, n. 10196, p. 376-377, ago. 2019. Disponível em: doi:10.1016/S0140-6736(19)31672-1. Acesso em: 02 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais da CID-10**. Porto Alegre: Artmed, 1993

ORMEÑO, G. I. R. **Histórico familiar de mulheres encarceradas**: fatores de risco e proteção para os filhos. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Educação e

Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/5982/5304.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 jul. 2018.

PHILIP, D.; RAYHAN, I. **Vulnerability and poverty: what are the causes and how are they related?** 2004. 22 f. Term paper for Interdisciplinary Course (International Doctoral Studies Programme) – Zentrum für Entwicklungsforschung, Universitat Bonn, 2004. Disponível em: https://www.zef.de/fileadmin/downloads/forum/docprog/Termpapers/2004_3a_Philip_Rayan.pdf. Acesso em: 21 jun.2021.

PROWSE, M. **Towards a clearer understanding of 'vulnerability' in relation to chronic poverty**. Machester: Chronic Poverty Research Centre Working Paper, [*s. l.*], n. 24, abr. 2003.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RIBEIRO, M. A. T.; DEUS, N. M. S. F. Mulheres encarceradas: a saúde atrás das grades. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 6, n. 5, p. 234-339, nov. 2017. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1708/1065. Acesso em: 10 mar. 2018.

RIOS, G. S.; SILVA, A. L. Amamentação em presídio: estudo das condições e práticas no Estado de São Paulo, Brasil. **BIS - Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 293-299, 2010. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/bis/v12n3/v12n3a13.pdf. Acesso em: 21 maio 2018.

SAINT-ARNAULT, D. M.; SHIMABUKURO, S. The clinical ethnographic interview: a user-friendly guide to the cultural formulation of distress and help seeking. **Transcultural Psychiatry**, [*s. l.*], v. 56, n. 2, p. 302–322, abr. 2012. Disponível em: http://doi.org/10.1177/1363461511425877. Acesso em: 22 jul. 2018.

SAINT-ARNAULT, D. M. The use of the clinical ethnographic narrative interview to understand and support help seeking after gender-based violence. **TPM**, [*s. l.*], v. 24, n. 3, p. 423-436, set. 2017. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29098071. Acesso em: 22 abril 2018.

SANTORO, A. E. R.; PEREIRA, A. C. A.; LARA, M. B. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. **Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 87-112, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.46560/meritum.v13i1.5816. Acesso em: 11 jun.2021

SANTOS, J. B. L.; SILVA, M. S. Encarceramento feminino: reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 459-474, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2021.

SANTOS, M. V. *et al*. Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do Rio de Janeiro. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 10. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/3dbSzZsVhz6L8kH97Bpf3YM/?lang=pt&format=pdf .

Acesso em: 12 maio 2018.

SCHMIDLIN, T. W. **Risk factors and social vulnerability**. 2019. Paper presented at the Proceedings of International Forum on Tornado Disaster Risk Reduction for Bangladesh, Dhaka, Bangladesh, Wind Engineering Research Center, Tokyo Polytechnic University: 104-108. Disponível em: <http://www.iawe.org/WRDRR_ Bangladesh/Preprints/S5Schmidlin.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016.

SCHULTZ, A. L. V. et al. Saúde no Sistema Prisional: um estudo sobre a legislação brasileira. **Argumentum**, Vitória v. 9, n. 2, p. 92-107, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4755/475555301009.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

SILVA, E. A. R. D. et al. Realidade prisional feminina: problemas enfrentados pelas detentas e possibilidades de reinserção social. **Extramuros**, Petrolina, v. 2, n. 1, p. 100-113, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.periodicos2.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/416/183. Acesso em: 22 abr. 2018.

APÊNDICES

Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Adriana Moreira Alves gostaria de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **"**A relação entre a trajetória de vida e estressores correntes de mulheres que foram privadas de liberdade", com a ajuda da Profª Jacqueline de Souza. Esta pesquisa tem por objetivo entender os principais problemas das mulheres que já foram presas e suas histórias de vida.

Caso aceite o convite, marcaremos um dia para conversarmos por aproximadamente uma hora. Nesse dia primeiramente farei algumas perguntas sobre a senhora, como por exemplo, sua idade, se tem filhos, até qual série estudou, se tem religião, porque foi presa e por quanto tempo esteve presa.

Em seguida pedirei à senhora que nos dê algumas informações sobre os eventos importantes da sua vida e as pessoas que te ajudaram de algum modo. Durante a nossa conversa, faremos alguns desenhos para entendermos melhor como essas pessoas te ajudaram e como esses eventos ficaram marcados na sua lembrança.

Também conversaremos sobre os seus sentimentos e sobre as palavras que a senhora costuma usar para falar sobre esses sentimentos.

Caso à senhora concorde, os encontros serão gravados. Garantimos que não utilizaremos o seu nome real em nenhuma etapa deste estudo, isto é, sua identificação não será divulgada.

Informo que algumas questões poderão gerar algum desconforto, mas gostaria de deixar claro que se a senhora não se sentir à vontade poderá não responder alguma questão, interromper nossa conversa ou mesmo desistir de participar da pesquisa sem nenhum problema ou prejuízo para a senhora. Pode acontecer da senhora se emocionar, pois o estudo é sobre um momento delicado e sensível em sua vida. No entanto, informo que tenho a formação de psicóloga e poderei realizar um acolhimento em relação a tal desconforto e orientá-la sobre os serviços públicos de psicologia disponíveis na comunidade se isso for necessário.

Sua participação na pesquisa proporcionara dois benefícios, um direto e o outro indireto. O direto é por que a conversa que faremos provavelmente auxiliará a senhora a repensar as situações difíceis que viveu e como teve capacidade de lidar com todas as dificuldades apresentadas. Esta conversa certamente fará à senhora pensar em mudanças e perspectivas para seu futuro. O beneficio indireto, considerando que a pesquisa auxiliará na preparação de futuras ações de promoção da saúde mental no sistema prisional, sua participação contribuirá para que tais ações sejam realizadas neste ambiente.

Ao concordar em participar do estudo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será assinado por mim e pela senhora, em duas vias, sendo que uma ficará sob a guarda dos pesquisadores e a outra será entregue à senhora.

No presente Termo, portanto, informamos os procedimentos da pesquisa, que a senhora não terá benefícios diretos nesta Instituição de Ensino, nem remuneração pela sua participação, no entanto, sua participação contribuirá indiretamente para a reflexão sobre possíveis benefícios para o bem-estar das mulheres que já foram presas. A senhora tem o direito de receber resposta a qualquer dúvida sobre o estudo, de não ser identificada e de ter sua privacidade preservada. Além disso, poderá retirar seu consentimento ou desistir da participação a qualquer momento sem que isso lhe traga prejuízos. Os pesquisadores serão respeitosos às suas opiniões e respostas. Informamos ainda que a senhora terá direito à indenização conforme as leis vigentes do país caso ocorra dano decorrente da sua participação na pesquisa.

A senhora não terá nenhuma despesa decorrente da participação. Informamos ainda que o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto tem como função proteger eticamente o participante de pesquisas, atua como corresponsável pelo desenvolvimento desta pesquisa e pode ser contatado durante o horário de atendimento (de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 10 às 12 horas e das 14 às 16 horas), na Avenida dos Bandeirantes, nº 3900, Campus Universitário, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto/São Paulo ou pelo telefone (16) 3315-9197 para o esclarecimento de dúvidas, sugestões ou reclamações.

Agradecemos sua colaboração.

Ribeirão Preto,_____de____de____.

Eu,_____(nome completo), declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como voluntária, da pesquisa descrita acima.

_____

Assinatura do Participante

_____

Discente: Adriana Moreira Alves

E-mail: drimoreira91@gamil.com

_____

Orientadora: Jacqueline de Souza

E-mail: jacsouza2003@usp.br

Apêndice II – Questionário sociodemográfico

DADOS PESSOAIS

Nome Fictício: _____

Idade: _____

Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )

Cidade de Origem _____

Raça/Cor_____

Estado Civil:

( ) Casada ( ) Solteiro(a) ( ) Separada ou Divorciada

( ) União estável ( ) Viúva

Você tem Filhos: ( ) Não ( ) Sim. Quantos? _____

Quem atualmente cuida de seus filhos?_____

ESCOLARIDADE/RENDA FAMILIAR

Você estudou até qual série?_____

Qual a sua Profissão? _____

A sua casa é ( ) própria ( ) alugada ( )doada ou emprestada

Quantas pessoas moram na sua casa?

Qual é a renda aproximada somando o salário de todas as pessoas que moram na sua casa?_____

Quantas pessoas se beneficiam dessa renda?

SAÚDE/BEM-ESTAR

Na sua vida quais dessas substâncias você já usou?

( ) Tabaco ( ) Bebidas Alcoólicas ( ) Maconha ( ) Outras drogas ilícitas

Assinale qual dessas substâncias você utilizou nos últimos três meses.

( ) Tabaco ( ) Bebidas Alcoólicas ( ) Maconha ( ) Outras drogas ilícitas

Tem religião? ( )sim ( ) não Se sim, Qual? _____

Você tem algum problema de saúde?( ) Não ( ) Sim. Qual?_____

REDE SOCIAL

1) Liste na tabela abaixo as pessoas que lhe dão as seguintes ajudas:

Tipo de ajuda	Nome das pessoas	Tipo de relação
Apoio Emocional (um consolo, uma palavra amiga, um abraço quando você precisa, palavras de esperança e otimismo),		() familiar () vizinho/a () cônjuge () profissional () amigo/a () irmãos () outro, qual_____
Apoio Material (uma ajuda financeira, ajuda no cuidado da sua casa ou da sua família, ajuda na alimentação, em alguma situação de adoecimento)		() familiar () vizinho/a () cônjuge () profissional () amigo/a () irmãos () outro, qual_____
Apoio informacional (dá informações importantes para a melhoria da sua vida e seu bem-estar)		() familiar () vizinho/a () cônjuge () profissional () amigo/a () irmãos () outro, qual_____

2) Destas pessoas, qual delas você tem mais afinidade?

ANEXOS

ANEXO I – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da OPAS/OMS para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3315.3382 - 55 16 3315.3381 - Fax: 55 16 3315.0518
www.eerp.usp.br - eerp@usp.br

Ofício CEP-EERP/USP nº 007/2021, de 18/01/2021

Prezada Senhora,

Comunicamos que o projeto de pesquisa abaixo especificado foi analisado e considerado **aprovado** "*ad referendum*" pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (CEP-EERP/USP) em 15 de janeiro de 2021.

Protocolo CAAE: 39811420.6.0000.5393

Projeto: A relação entre a trajetória de vida e estressores correntes de mulheres que foram privadas de liberdade

Pesquisadores: Adriana Moreira Alves (mestrado)
Jacqueline de Souza (orientadora)

Em atendimento às normativas éticas vigentes, em especial as Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016, deverão ser encaminhados ao CEP o relatório final da pesquisa e a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Ronildo Alves dos Santos
Coordenador do CEP-EERP/USP

Ilmª. Srª.
Profª. Drª. Jacqueline de Souza
Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP